

SEMEC
SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO



PREFEITURA DE

BELÉM



NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO – NUSP
EQUIPE DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO – EPD

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – RAG 2020
PROMOVENDO UMA EDUCAÇÃO PARA PAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

**PREFEITO
ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE AQUINO COUTINHO**

**DIRETORA GERAL
MARIA ELISA BESSA DE CASTRO**

**DIRETORA DE ENSINO
ANA PAULA DA SILVA CARNEIRO**

**DIRETOR ADMINISTRATIVO
FERNANDO COSTA DE QUEIROZ**

**COORDENADOR DO NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO
MARCELINO DA SILVA COELHO**

**COLABORAÇÃO
TÉCNICOS DO NÚCLEO SETORIAL DE PLANEJAMENTO
TÉCNICOS DA DIRETORIA DE ENSINO
TÉCNICOS DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

**ELABORAÇÃO
EQUIPE DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO – EPD**

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1: Quantitativo de Escolas de Educação Infantil por Dependência Administrativa e Distrito Administrativo.....	12
Tabela 2.2: Matrícula na Educação Básica por Dependência Administrativa em Belém 2013-2019.....	13
Tabela 3.1: Matrícula da Educação Básica por Nível de Ensino na RPME 2013-2020.....	16
Tabela 3.2: Matrícula na Educação Infantil da RPME 2013-2020.....	17
Tabela 3.3: Matrícula no Ensino Fundamental da RPME 2013-2020.....	19
Tabela 3.4: Matrícula no Ensino Médio da RPME 2013-2020.....	21
Tabela 3.5: Matrícula na EJA da RPME 2013-2020.....	22
Tabela 4.1: Atendimento, Acompanhamento e Acolhimento de Servidores pelo Nast/Diad 2013-2020.....	26
Tabela 4.2: Funcionários com Pós-Graduação Lato Sensu 2013-2020.....	31
Tabela 4.3: Funcionários com Pós-Graduação Stricto Sensu 2013-2020.....	31
Tabela 4.4: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da RPME 2005-2017.....	32
Tabela 4.5: Taxa de Aprovação, Retenção e Abandono da RPME 2013-2019.....	33
Tabela 4.6: Transporte Escolar 2013-2020.....	38
Tabela 5.1: Número de Funcionários da Semec 2013-2020.....	43
Tabela 5.2: Ampliação da Rede Física 2013-2020.....	44
Tabela 5.3: Investimento em Espaços Educativos das Escolas da RPME 2013-2020.....	45
Tabela 5.4: Fonte: DEMA/Diad/Semec.....	45
Tabela 5.5: Recursos Destinados para Aparelhamento, Mobiliário e Consumo da Semec 2013-2019.....	46
Tabela 6.1: Investimento na Educação 2013-2020.....	47
Tabela 6.2: Investimento na Educação Infantil 2013-2019.....	48
Tabela 6.3: Investimento no Ensino Fundamental 2013-2019.....	48
Tabela 6.4: Investimento no Ensino Médio 2013-2019.....	49

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Sede da Semec.....	6
Figura 1.2: Situação da Pandemia Covid-19 em Relação à População Mundial e do Brasil.....	8
Figura 1.3: Situação da Pandemia Covid-19 em Relação à População Paraense e de Belém....	8
Figura 2.1: Mapa de Belém Destacando a Área Insular.....	12
Figura 2.2: Declínio da Matrícula na Educação Básica em Belém 2013-2019.....	13
Figura 3.1: Variação na Matrícula Anos Finais.....	20
Figura 3.2: Matrícula na Educação Especial na RPMEB 2013 - 2019.....	23
Figura 4.1: Formação Continuada.....	27
Figura 4.2: Assessoramento Técnico e Pedagógico (Carga Horária).....	28
Figura 4.3: Gravação de videoaula.....	28
Figura 4.4: Anos Iniciais.....	33
Figura 4.5: Anos Finais.....	34
Figura 4.6: Ensino Médio.....	35
Figura 4.7: Oferta do Tempo Integral.....	37
Figura 4.8: Entrega de Kits.....	40
Figura 4.9: Execução da Merenda 2020 (Comparativo de Períodos).....	41

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
1.1 SITUAÇÃO DA PANDEMIA EM NÍVEL MUNDIAL E NO BRASIL	8
1.2 SITUAÇÃO DA PANDEMIA EM NÍVEL ESTADUAL E EM BELÉM	8
2 A EDUCAÇÃO BÁSICA EM BELÉM: VISÃO INICIAL	11
3 INVESTINDO NO ACESSO A EDUCAÇÃO BÁSICA: A MATRÍCULA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO	15
3.1 MATRÍCULAS NO PERÍODO 2013-2020	16
3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL	16
3.3 ENSINO FUNDAMENTAL	17
3.4 ENSINO MÉDIO	20
3.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	21
3.6 EDUCAÇÃO ESPECIAL	22
4 EDUCAÇÃO PARA A PAZ: PROMOVENDO QUALIDADE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	24
4.1 FORMAÇÃO CONTINUADA E ASSESSORAMENTO	24
4.2 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIAD	25
4.3 DIRETORIA DE ENSINO-DIED	26
4.4 VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	29
4.5 OS INDICADORES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA RPMEB: AVANÇADO NA APRENDIZAGEM	31
4.6 GARANTIA DE PERMANÊNCIA	35
4.6.1 Revendo a Política de Educação	35
4.6.2 Oferta da Educação em Tempo Integral	36
4.7 TRANSPORTE ESCOLAR	37
4.8 CONSELHO ESCOLAR	39
4.9 A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE-FMAE	39
5 INFRAESTRUTURA DA RPMEB: OUTRO OLHAR PARA APRENDIZAGEM	42
5.1 GESTÕES DE PESSOAS	42
5.2 REDE FÍSICA	43
5.2.1 Ampliação e Manutenção	44
5.2.2 Aparelhamento, Mobiliário e Consumo	45
6 FINANCIAMENTO NA EDUCAÇÃO DA RPMEB	47
6.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	48
6.2 ENSINO FUNDAMENTAL	48
6.3 ENSINO MÉDIO	48

1 APRESENTAÇÃO

Trabalhar o processo educativo na perspectiva de uma Educação para a Paz, vislumbra o compromisso de reconhecer a capacidade humana no estabelecimento de relações éticas, solidárias e responsáveis no cultivo de uma sociedade sem violência, que coadunam com valores de Paz. Assim, a gestão da Secretaria Municipal de Educação – Semec tem o compromisso administrativo e pedagógico de promover ações que disseminem aprendizagens a partir da construção e reconstrução de conhecimentos voltados para a melhoria de vida da população belenense, respeitando a localidade onde a escola e o aluno estão inseridos.

Figura 1.1: Sede da Semec



Foto: Carla Fischer

Nessa perspectiva, busca-se apresentar neste relatório as ações desenvolvidas especificamente no ano atípico de 2020 por esta Semec, considerando a pandemia do Covid-19 que afetou drasticamente a vida do Homem no mundo, gerando insegurança, desespero, mortes, agravamento da miséria e, acima de tudo, apontando claramente que somos uma única e grande sociedade, independente do bloco econômico ao qual pertencemos, haja vista, que o vírus tomou conta de todo o planeta, tendo-se clareza que a população mais pobre de todos os países foi a mais afetada, pois são as que dependem, exclusivamente, das ações governamentais para a sua sobrevivência.

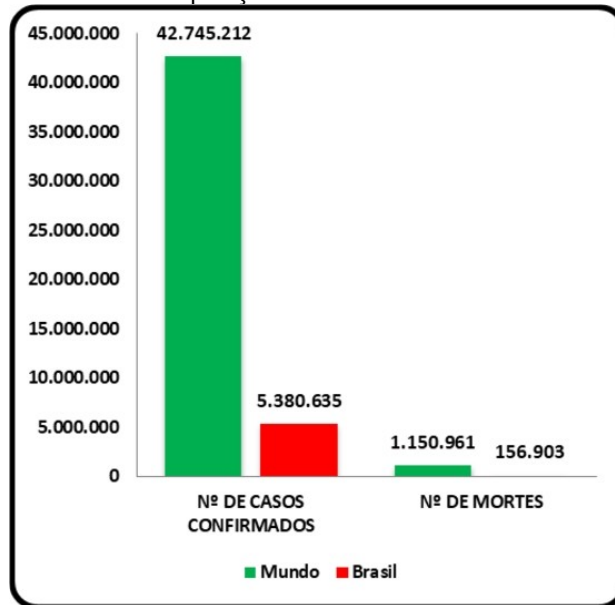
No Brasil, vivenciamos um período complexo e caótico. O estado do Pará foi atingido de forma assustadora pela pandemia, apresentando um número elevadíssimo de contágio nos primeiros meses do ano. Belém, como capital, tornou-se o centro de atendimento do estado, onde os sistemas de saúde públicos municipal¹ e estadual sofreram um colapso, haja vista que

1 O Sistema de Saúde Pública Municipal de Belém atende a população do município e a população de outros municípios do Estado, especialmente da área metropolitana de Belém.

Unidades Municipais de Saúde – UMS, Unidades de Pronto Atendimento – UPA, Pronto Socorros Municipais – PSM e Hospitais Municipais e Estaduais ficaram superlotados, no aguardo de verbas complementares da União para abertura de hospitais de campanhas e ampliação de aparelhamento e medicação. Atualmente, observa-se um quadro animador de redução no contágio e nos óbitos, como vemos nas Figura 1.2 e 1.3.

1.1 SITUAÇÃO DA PANDEMIA EM NÍVEL MUNDIAL E NO BRASIL

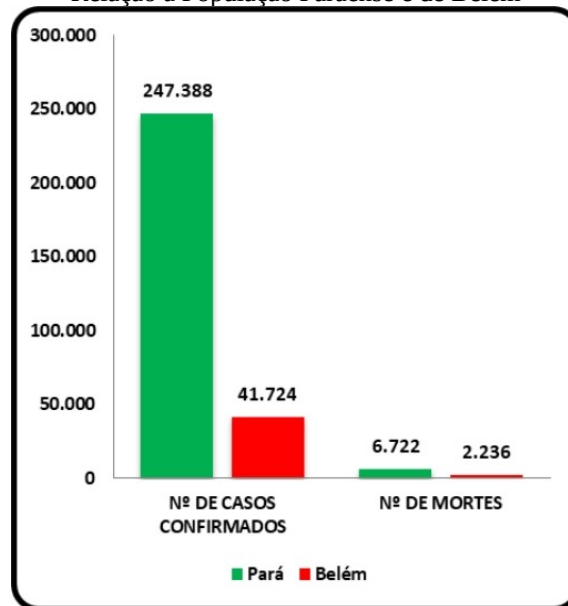
Figura 1.2: Situação da Pandemia Covid-19 em Relação à População Mundial e do Brasil



Fonte: Elaborado pela EPD com Base nos dados da Organização Mundial de Saúde

1.2 SITUAÇÃO DA PANDEMIA EM NÍVEL ESTADUAL E EM BELÉM

Figura 1.3: Situação da Pandemia Covid-19 em Relação à População Paraense e de Belém



Fonte: Ministério da Saúde

A educação, como os demais serviços essenciais, sofreu as consequências diretas desta pandemia, pois se tornou obrigatório que as escolas fossem fechadas na busca de controlar a

propagação do vírus, exigindo dos gestores governamentais ações precisas e imediatas de garantia de continuidade dos processos de ensino e de aprendizagem. Levando-se em consideração esses aspectos, a Semec assume ações que possibilitem a garantia de permanência de crianças, jovens e adultos matriculados em sua rede de ensino, por meio de um trabalho conjunto de todos os sujeitos que compõem a escola² e os técnicos³ de sua sede.

De início, o alunado levou atividades impressas para realizar em casa, com orientações do corpo docente e mantendo contato com a escola por meio de diversas mídias. A partir daí, foram organizados movimentos para continuidade da aprendizagem através de aulas remotas, preparadas pelo corpo docente e veiculadas em parceria com emissora de televisão. Em paralelo se mantinha a formação continuada dos professores por meio de mídias utilizadas pelos técnicos da sede. É importante ressaltar o acompanhamento e avaliação do processo educativo que foi realizado neste período, onde se buscou a interação permanente entre família, escola e sede, com registros acerca da participação e desempenho dos alunos.

Ao registrar-se o trabalho realizado, torna-se imprescindível considerar o esforço da comunidade escolar na garantia do direito à educação neste ano tão complexo, sobretudo nas áreas da saúde e da economia. Por outro lado, este mesmo registro reconstrói o caminho percorrido pelos funcionários que formam esta Semec no enfrentamento das dificuldades, para redimensionar o planejamento e acionar seu caráter estratégico no sentido de adequar e compatibilizar programas, projetos e ações, que apesar do medo, da angústia e das limitações impostas pela realidade vivida, persistiu em práticas educativas onde imperasse o respeito, a ética e a solidariedade, na construção de uma educação para a Paz.

Desta feita, o Rag 2020 apresenta informações, quantitativas e qualitativas da Semec, refletindo o empenho desta gestão em garantir, com transparência, o direito à educação em tempos de pandemia, possibilitando condições de permanência do educando na escola pública municipal. Essas informações foram coletadas nos seguintes instrumentos: Plano Municipal de Educação 2015-2025, Plano Plurianual 2018-2021, Relatórios dos diversos setores que compõem a secretaria e Relatório Anual de Gestão 2020 da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Professor Eidorfe Moreira – Funbosque e Fundação Municipal de Assistência ao Estudante – Fmae.

2 Professores, alunos, equipe diretiva, grupo de apoio e pais/responsáveis.

3 Da área administrativa, pela Diad, e da área pedagógica, pela DIED.

O relatório está organizado em capítulos, apresentando os resultados das ações e os indicadores educacionais, pontuando os investimentos realizados para assegurar a qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino ofertado, destacando as iniciativas desenvolvidas por todos os setores que compõem esta Semec, expondo inicialmente o cenário de matrícula da Educação Básica em todas as redes de ensino de Belém até 2019 e um painel de desenvolvimento da Educação Básica na Rede Pública Municipal de Ensino de Belém – RPMEB nos últimos oito anos, com ênfase nas ações de 2020.

2 A EDUCAÇÃO BÁSICA EM BELÉM: VISÃO INICIAL

Belém, que compõem a Região Metropolitana do estado do Pará, possui uma singularidade territorial muito bonita, sendo formada por 39 ilhas, com 329,9361 km², e uma área continental, com 176,5658 km². Esta boniteza lhe permite uma cultura excepcional, própria de um povo alegre e trabalhador, ritmada pelo carimbó e guitarrada, repleta de lendas e diversidade religiosa, de sabores exóticos e principalmente de seus rios-ruas.

No que diz respeito à sua divisão territorial, está estruturada em oito distritos administrativos, que se encontram em processo de reformulação, por meio da elaboração do Plano Diretor Urbano – PDU para a próxima década, considerando os avanços e desafios que a cidade vivencia.

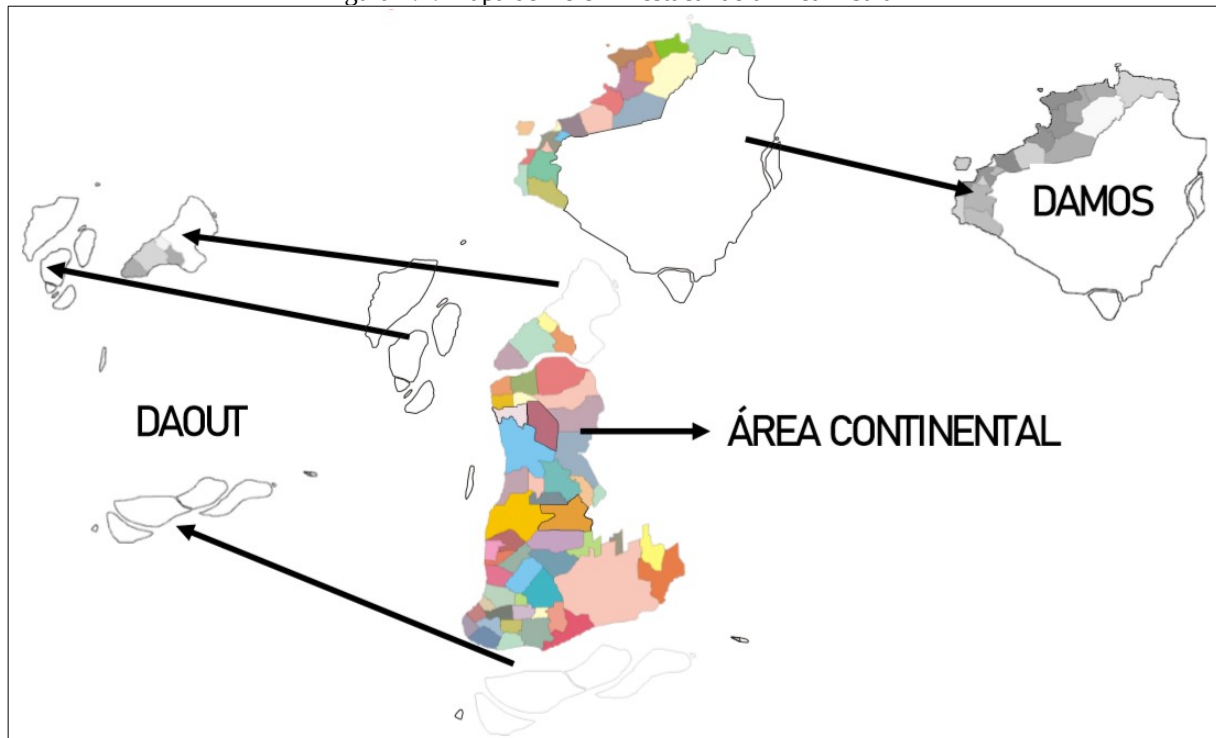
O município de Belém, de acordo com as estimativas de 2017⁴, tem uma população de 1.452.275 habitantes, composta de 52,71% de mulheres e de 72,23% de negros. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM é alto, 0,746, ocupando a 628^o posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Ao decompor os componentes do IDHM, os valores para Renda-0,751 e Longevidade-0,822, também são considerados altos, porém, na Educação, este índice é classificado como médio⁵, 0,673.

O município oferta a Educação Básica nas redes públicas de ensino estadual, federal, municipal e na rede privada. Registra-se que a rede pública municipal é a que apresenta o maior número de escolas que ofertam Educação Infantil na área insular formada pelos Distrito Administrativo do Mosqueiro – DAMOS e Distrito Administrativo do Outeiro – DAOUT, que juntos correspondem a 65,64% do território da cidade, onde das 27 escolas que oferecem atendimento neste nível de ensino, 18 são da RPMEB, como é possível observar na Figura 2.1 e na Tabela 2.1, abaixo.

4 PNUD – Estimativa Populacional (2013-2017).

5 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (com dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010).

Figura 2.1: Mapa de Belém Destacando a Área Insular



Fonte: Segep

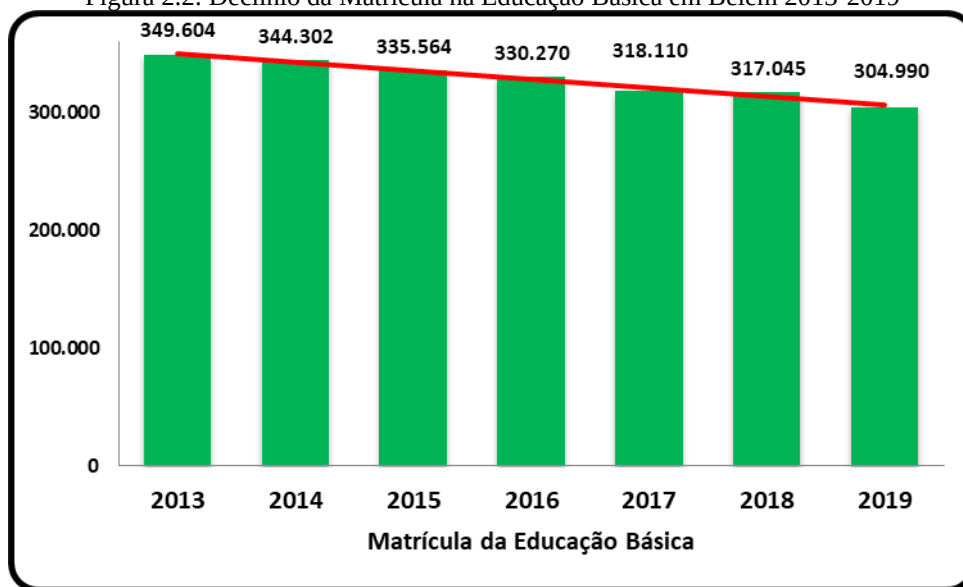
Tabela 2.1: Quantitativo de Escolas de Educação Infantil por Dependência Administrativa e Distrito Administrativo

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	DABEL	DABEN	DAENT	DAGUA	DAICO	DAMOS	DAOUT	DASAC
Federal	1	0	0	0	0	0	0	0
Estadual	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal	7	21	16	20	13	11	7	13
Privada	57	57	29	42	31	2	7	37
TOTAL	65	78	45	62	44	13	14	50

Fonte: Elaborada pela EPD com base no Catálogo de Escolas do Inep (2019)

No que trata as matrículas, observa-se uma tendência linear de diminuição na Educação Básica no município, com uma variação negativa de 12,8 nos últimos sete anos, com redução de 12.055 alunos só no ano de 2019. Destes, 7.327 da rede pública estadual, como se demonstra na Figura 2.2, abaixo.

Figura 2.2: Declínio da Matrícula na Educação Básica em Belém 2013-2019



Fonte: Elaborado pela EPD com Base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica - Inep

A Tabela 2.2, abaixo, apresenta o panorama desse quadro de matrícula na Educação Básica das redes públicas e privada em Belém, destacando-se que a análise dos dados de 2019 aponta que a rede pública federal mantém uma variação positiva de 4,4, como nos anos anteriores e a rede pública estadual declínio constante, pela retirada gradual da oferta do Ensino Fundamental, porém sem ampliação significativa no ensino médio.

Tabela 2.2: Matrícula na Educação Básica por Dependência Administrativa em Belém 2013-2019

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Federal	5.304	5.081	5.417	5.308	5.504	5.526	5.768
Estadual	181.755	175.143	168.919	163.625	155.495	154.520	147.193
Municipal	70.669	70.370	69.442	70.368	65.563	65.686	65.176
Privada	91.876	93.708	91.786	90.969	91.548	91.313	86.853
TOTAL	349.604	344.302	335.564	330.270	318.110	317.045	304.990

Fonte: Elaborada pela EPD com base nos Microdados do Censo da Educação Básica do Inep Relativos aos Anos de 2013 a 2019

É sempre oportuno lembrar que na divulgação desses dados pelo Instituto Nacional Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira – INEP, os alunos que frequentam as instituições particulares que celebram convênios com a rede pública, são incluídos na estatística da rede privada de acordo com o Caderno de Conceito e Orientação do Censo Escolar⁶, apesar de serem mantidos pela rede pública no que se refere a uniforme, material e merenda escolar, bem como a ajuda de custo com a manutenção do prédio e pagamento de professores. Em vista disto, a Semec, em 2017, totalizou 69.510 alunos sendo 3.947 registrados na rede

6 Disponível no endereço <http://portal.inep.gov.br/web/guest/matrícula-inicial>. Consultado em 20/10/20.

conveniada municipal. Em 2018, totalizou 69.057 alunos, com 3.364 registrados na rede conveniada municipal. Em 2019, totalizou 68.923 alunos, sendo 3.597 registrados na rede conveniada municipal e 150 alunos do Programa Projovem Urbano – PROJOVEM.

É preciso reconhecer que esta diminuição no número de matrículas da Educação Básica deve-se aos avanços conquistados ao longo desses sete anos no processo de escolarização da população, em especial quando Belém já atingiu 96,1% de universalização do Ensino Fundamental, de acordo com informações do SIMEC/MEC⁷, e que, de acordo o Relatório do II Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE – 2018⁸, 62,9% da população de 16 anos, do estado do Pará, tem, pelo menos, o ensino fundamental concluído.

7 INEP/MEC Disponível em <http://simec.mec.gov.br/par3/par3.php?modulo=principal/planoTrabalho/pne&acao=A&inuid=986#meta1>. Consultado em 20/10/20.

8 MEC/Inep/Dired. P.42 Disponível em portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1476034. Consultado em 20/10/20.

3 INVESTINDO NO ACESSO A EDUCAÇÃO BÁSICA: A MATRÍCULA NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO

A dimensão de ingresso à escola, por meio do acesso à matrícula, é uma preocupação permanente da Semec, que vem promovendo iniciativas de divulgação e viabilidade para que a comunidade possa acessar informações em diversos canais e locais onde se realizam a matrícula para os níveis de ensino ofertados.

Nessa perspectiva, desde 2019, implantou o Programa de Matrícula *online*, estruturado em prioridades de atendimento⁹ e disponibilizado em diversas mídias, visando à facilidade do acesso as informações sobre as escolas (localização, níveis de ensino, número de vagas ofertadas por turmas, horário de funcionamento) e a efetivação da matrícula (documentação necessária e prazos). Para garantir o processo, são disponibilizados à população diversos espaços da Semec, com infraestrutura adequada para acesso via internet, considerando que uma parte da população ainda apresenta dificuldades com esse recurso. Registrar-se que a Semec continua realizando a matrícula por atendimento presencial nas escolas para os que não utilizam quaisquer tipos de tecnologias.

Este programa possibilita a secretaria o acompanhamento a continuidade dos estudos, desejando que os alunos percorram a sua trajetória escolar da educação Infantil e Ensino Fundamental na RPMEB, a análise de demanda dos bairros por nível de ensino, que gera uma lista de espera, possibilitando a tomada de decisões em relação à construção de escolas, como aconteceu em 2020, com a construção de quatro escolas¹⁰ no bairro de Águas Negras, no Distrito de Icoaraci – DAICO.

Outra iniciativa é o chamamento escolar para Educação Infantil que se realiza no segundo semestre de cada ano e é um dos grandes desafios para a gestão municipal, que busca superá-lo com a ampliação do número de vagas, por meio da construção de escolas e/ou celebração de convênios com as Organizações da Sociedade Civil – OSC's para atendimento a esta faixa etária.

9 Inicia-se com a matrícula dos alunos da Educação Especial, em seguida a Educação Infantil, depois o Ensino Fundamental, finalizando com o Ensino Médio.

10 EMEI Prof.^a Ciria de Nazaré Tulosa dos Santos, EMEI Prof.^a Luzmarina de Melo Muniz, EMEIF Prof.^a Maria de Belém Lessa, e EMEF Prof.^a Vanda Celia Ferreira de Souza.

3.1 MATRÍCULAS NO PERÍODO 2013-2020

O cenário inicial de matrícula da RPMEB em 2020 alcançou o número total de 73.229 alunos, com um aumento de 6,2% em relação a 2019, um acréscimo de 4.306 novas matrículas, o que corresponde a uma variação positiva de 3,6, nos últimos oito anos. O aumento mais significativo encontra-se no Ensino Fundamental com 2.883 matrículas a mais que 2019, ampliando o acesso a este nível de ensino, visando contribuir para a universalização deste nível de ensino. A Tabela 3.1 apresenta este avanço, considerando, como explicitamos, os alunos atendidos pela celebração de convênios desta Semec com as OSC's e escolas particulares, porém mantidos com financiamento da educação pública municipal de Belém.

Tabela 3.1: Matrícula da Educação Básica por Nível de Ensino na RPME 2013-2020

NÍVEL DE ENSINO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	Total
Educação Infantil	17.898	18.530	18.893	19.909	16.749	16.929	16.574	16.806	142.288
Ensino Fundamental	52.653	51.694	50.381	50.291	48.620	48.586	48.616	51.449	402.290
Ensino Médio	118	146	168	168	194	178	136	204	1.312
Conveniadas	0	0	0	0	3.947	3.364	3.597	4.770	15.678
TOTAL	70.669	70.370	69.442	70.368	69.510	69.057	68.923	73.229	561.567

Fonte: ETCE/Nusp/Semec

Os dados desta série histórica demonstram que o acesso à matrícula se manteve em um patamar linear, com pequenas variações negativas nos anos de 2014-0,4; 2015-1,3; 2017-1,2; 2018-0,6 e 2019-0,2 e crescimento discreto no ano de 2016, com variação positiva de 1,3. O ano de 2020 apresenta, nos dados preliminares, um aumento significativo de variação positiva de 6,2. Registrando-se que o aumento de 5,8% na matrícula do Ensino Fundamental de 2020 em relação a 2019, é decorrente da migração de alunos da rede privada para a RPMEB no período da pandemia.

Este panorama, quando detalhado no atendimento aos 73.229 alunos matriculados nos níveis e modalidades de ensino ofertados, sinaliza investimentos realizados na área da infraestrutura física e recursos humanos desta secretaria, que atualmente conta com 201 espaços educativos e 6.232 servidores.

3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, um dos grandes desafios da RPMEB e todos os municípios do Brasil no que trata ao acesso à Educação Básica, constitui-se em uma das políticas para a Primeira Infância que deve assegurar no processo de aprendizagem, espaços e tempos para participação, desenvolvimento biopsicossocial, diálogo e escuta das famílias e responsáveis.

Dentro desta concepção, ofertar Educação Infantil de qualidade é um dos caminhos para construir, cotidianamente, uma escolarização e uma sociedade melhor. Entretanto, os desafios para esta oferta são prementes, principalmente no que trata ao atendimento em creche¹¹, que requer uma infraestrutura física e pedagógica diferenciada e de custo elevadíssimo, para efetivação do ato de educar e cuidar que as crianças desta faixa etária exigem.

A Semec, no ano de 2020, totalizou 21.576 alunos matriculados na Educação Infantil, 7,0% maior em relação a 2019. Destes, 6.327 alunos na creche e 15.249 alunos na pré-escola¹², com aumento de 27,4% e 0,3%, respectivamente, como é possível constatar na Tabela 3.2 abaixo.

Tabela 3.2: Matrícula na Educação Infantil da RPME 2013-2020

EDUCAÇÃO INFANTIL	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	Total
Creche	3.606	3.717	4.153	5.006	5.159	4.936	4.967	6.327	37.871
Pré-Escola	14.292	14.813	14.740	14.903	15.537	15.357	15.204	15.249	120.095
TOTAL	17.898	18.530	18.893	19.909	20.696	20.293	20.171	21.576	157.966

Fonte: ETCE/NUSP/Semec

Este crescimento na creche representa a atenção dada pelo governo à população, pela demanda social dos belenenses no atendimento a crianças de 00 a 03 anos de idade, cuja variação positiva de 75,5 nesses últimos oito anos, aponta a efetivação de 261 turmas em 2020, correspondente a um aumento de 46,4% em relação a 2019. Na pré-escola, nos oito anos, a variação positiva é menor, 0,3%, com a efetivação de 623 turmas, correspondendo a um aumento de 1,8% em 2019.

3.3 ENSINO FUNDAMENTAL

Nas últimas décadas o Brasil inteiro vem investindo para a universalização do Ensino Fundamental com a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF¹³, criado em 1997 e em 2007 substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –

11 Crianças de 00 a 03 anos de idade.

12 Crianças de 04 e 05 anos idade.

13 O FUNDEF foi criado pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996 e regulamentada pela Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996 e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997, que alterou a Constituição Federal, objetivando a garantia de uma subvinculação dos recursos da educação (15%) para o Ensino Fundamental.

FUNDEB¹⁴, com o acréscimo de mais um ano letivo, desde 2009 é composto por nove anos¹⁵, mas, incontestavelmente um dos maiores avanços encontra-se na continuidade e conclusão que apresenta índice 96,1% em Belém¹⁶.

Na RPMEB, garantir o acesso de crianças, jovens e adultos ao Ensino Fundamental consiste na promoção de uma base para as demais etapas da formação educacional, promovendo oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para potencializar a capacidade intelectual do indivíduo, compreendendo o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico.

Este nível de ensino, na Semec, está organizado em regular, com quatro Ciclos de Formação – CF¹⁷, e em Educação de Jovens e Adultos – EJA, com quatro Totalidades de Ensino – TE¹⁸.

Em 2020, foi matriculado um total de 51.449 alunos, destes 46.286 no ensino regular, com aumento de 5,2% nos anos iniciais e 15,3% nos anos finais em relação ao ano anterior. Na EJA, o total de matrículas foi de 5.163, com diminuição de 1,9% na 1ª Fase e de 10,0% na 2ª Fase, como demonstrado na Tabela 3.3.

14 O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória n.º 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos n.º 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente. Tem como finalidade a garantia de uma subvinculação dos recursos da educação (20%) para financiar todas as etapas da educação básica.

15 Lei n.º 11.274, regulamenta o ensino fundamental de 9 anos.

16 Monitoramento do PNE. <http://simec.mec.gov.br/pde/grafico...pne.php>. Consultado em 20/10/20.

17 I e II CF compostos pelos 1º, 2º e 3º anos, e pelos 4º e 5º anos respectivamente; III e IV CF compostos pelos 6º e 7º anos, e pelos 8º e 9º anos respectivamente.

18 I e II TE correspondente aos Anos Iniciais, e III e IV TE correspondente aos Anos Finais.

Tabela 3.3: Matrícula no Ensino Fundamental da RPME 2013-2020

ENSINO FUNDAMENTAL		ANO								Total
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	
REGULAR	Anos Iniciais	32.228	31.355	30.336	30.242	30.279	30.444	30.836	32.439	248.159
	Anos Finais	11.137	11.429	11.170	11.458	11.687	11.911	12.010	13.847	94.649
SUBTOTAL		43.365	42.784	41.506	41.700	41.966	42.355	42.846	46.286	342.808
1ª Fase		2.083	1.883	1.752	1.791	1.744	1.558	1.354	1.328	13.493
2ª Fase		5.327	5.326	4.858	4.808	4.910	4.673	4.198	3.778	37.878
EJA	PROJOVEM	1.878	1.701	2.265	1.992	0	0	150	0	7.986
	Integrado à Educação Profissional	0	0	0	0	0	0	68	57	125
SUBTOTAL		9.288	8.910	8.875	8.591	6.654	6.231	5.770	5.163	59.482
TOTAL		52.653	51.694	50.381	50.291	48.620	48.586	48.616	51.449	402.290

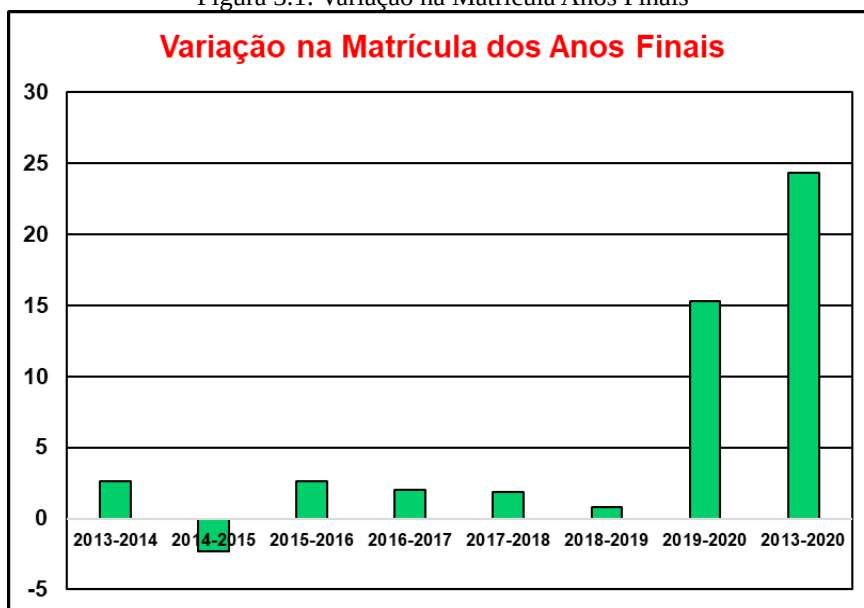
Fonte: Censo Escolar/Nusp/Semec

*Dados Preliminares

O total de matrículas apresenta um aumento de 5,8% em relação a 2019, porém, a variação dos últimos oito anos é negativa, 2,3. Esta variação negativa é consequência do declínio na matrícula da EJA, cujo percentual nestes oito anos é bem alto-44,4, reflexo de alguns fatores de dimensões nacionais no que trata a queda em taxas de natalidade, de redução na distorção idade/série/ano e em investimento neste nível de ensino desde 1997.

Ressalta-se que os dados acima revelam uma regularidade no aumento da matrícula nos Anos Finais, na série histórica apresentada, com exceção do ano de 2015, tem variação negativa de 2,26, como se verifica na Figura 3.1.

Figura 3.1: Variação na Matrícula Anos Finais



Fonte: Elaborado pela EPD com Base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica do Inep

3.4 ENSINO MÉDIO

Apesar de não ser responsabilidade obrigatória do governo municipal, o Ensino Médio passou a ser ofertado pela RPME na área insular de Belém, no DAOUT, na Ilha de Caratateua, devido à necessidade de jovens que concluíram o Ensino Fundamental e não puderam ser absorvidos pela rede estadual, cuja oferta de vagas¹⁹ para este nível de ensino era bem menor que a demanda.

Neste contexto, a Funbosque, que abria a oferta de vagas para a Educação Básica vinculada a RPME em 1996, atende à demanda social desta comunidade, ofertando turmas do ensino médio técnico integrado na área ambiental, para 122 jovens. Em 2015, surge uma nova demanda para este nível de ensino, decorrente de 28 jovens, filhos de pescadores do entorno da ilha, que concluíram o Ensino Fundamental na modalidade EJA Integrado em uma das escolas municipais²⁰, sendo implantadas duas turmas com o curso Técnico em Recursos Pesqueiro.

Nos últimos anos, a rede estadual de ensino ampliou a oferta de vagas, com a construção de novas escolas. Na RPMEB as matrículas apresentam uma significativa variação

¹⁹ Naquele ano a rede pública estadual de ensino ofertava este nível de ensino em uma escola somente.

²⁰ Escola da Pesca, inaugurada em 2013, especificamente para atender filhos de pescadores do entorno da ilha de Caratateua, pautado na pedagogia da alternância.

positiva nos oito anos, 72,9, com declínio apenas nos anos de 2018 e 2019, como é possível confirmar na Tabela 3.4.

Tabela 3.4: Matrícula no Ensino Médio da RPME 2013-2020

NÍVEL DE ENSINO	MODALIDADE/ANOS	ANO								Total
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Ensino Médio	Técnico Integrado (seriado e semestral)	118	146	122	132	155	124	119	204	1120
	EJA – Integrada à Educação Profissional	0	0	46	36	39	54	17	0	192
TOTAL		118	146	168	168	194	178	136	204	1312

Fonte: Censo Escolar/Nusp/Semec

*Dados Preliminares

Os dados acima demonstram que em 2020 houve uma ampliação de 50,0% em relação a 2019, com 68 alunos a mais, apesar de não haver oferta na modalidade EJA.

3.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A EJA é ofertada nos dois níveis, Fundamental e Médio, com matrícula anual e semestral, com duração de quatro anos e dois anos, respectivamente, além da oferta no PROJOVEM²¹, de nível fundamental, com duração de 18 meses. No Ensino Fundamental está estruturada em Fases²² e na forma integrada a educação profissional. No Ensino Médio é estruturada de forma integrada a educação profissional.

A Tabela 3.5 apresenta, no período 2013-2019, uma forte variação negativa na matrícula da EJA no Ensino Fundamental-44,4, com uma queda acentuada na 1ª Fase, cuja variação negativa é de 36,2. No Ensino Médio, a irregularidade se deve as matrículas semestrais e bianuais, decorrentes dos cursos ofertados, havendo variação positiva apenas em 2017 e 2018, com 8,3 e 38,5, respectivamente, concentrando o maior número de matrícula em 2018, com 54 alunos.

21 Programa desenvolvido em parceria com o governo federal, para promoção da escolarização integrada à qualificação profissional para jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental.

22 A 1ª Fase composta pelas I e II Totalidades de Ensino (correspondentes aos anos iniciais), e a 2ª Fase composta pelas III e IV Totalidades de Ensino (correspondentes aos anos finais).

Tabela 3.5: Matrícula na EJA da RPME 2013-2020

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		ANO								Total
		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
Ensino Fundamental	1ª Fase	2.083	1.883	1.752	1.791	1.744	1.558	1.354	1.328	13.493
	2ª Fase	5.327	5.326	4.858	4.808	4.910	4.673	4.198	3.778	37.878
	PROJOVEM	1.878	1.701	2.265	1.992	0	0	150	0	7.986
	Integrada à Educação Profissional	0	0	0	0	0	0	68	57	125
SUBTOTAL		9.288	8.910	8.875	8.591	6.654	6.231	5.770	5.163	59.482
Ensino Médio	Integrada à Educação Profissional	0	0	46	36	39	54	17	0	192
TOTAL		9.288	8.910	8.921	8.627	6.693	6.285	5.787	5.163	59.674

Fonte: Censo Escolar/Nusp/Semec

*Dados Preliminares

A diminuição na matrícula nesta modalidade, nesses oito anos, com redução de 4.125 alunos, é uma realidade em todo o Brasil, resultado dos investimentos realizados no ensino fundamental, como já abordamos anteriormente. No que trata ao Ensino Médio, registra-se que com a ampliação do número de vagas pelo sistema público estadual na ilha de Caratateua, onde a RPMEB oferta este nível de ensino. A Semec neste ano de 2020, não ofertou vagas nesta modalidade.

3.6 EDUCAÇÃO ESPECIAL

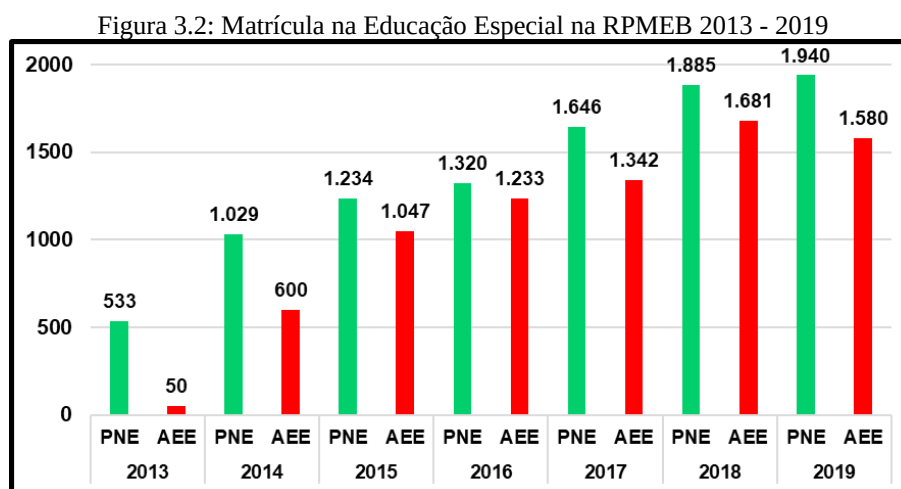
O Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes– Crie é o setor que responde por essa modalidade nos níveis de ensino ofertados na RPMEB, respeitando a legislação em vigor e a garantia de acesso e permanência, que se inicia com a prioridade na matrícula de crianças e jovens com necessidades especiais, com prédio próprio para atendimento especializado às crianças, jovens e família, com acessibilidades nos espaços escolares, com disponibilização das Salas de Recursos Multifuncionais – SRM nas escolas²³, com equipamentos, mobiliários e recursos pedagógicos, e formação continuada específica para os profissionais que atuam na área.

Nesta perspectiva, com o compromisso de assegurar a permanência, o Crie atua com processos de avaliação, acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento integral dos alunos com necessidades especiais da RPMEB, em contínuo diálogo com as famílias e

²³ As Salas de Recursos Multifuncionais funcionam como espaços de atendimento especializado para alunos regularmente matriculado na RPMEB no contra turno.

formação continuada para docentes e equipe diretiva das escolas municipais, bem como a oferta de cursos de libras para a sociedade belenense.

A matrícula nesta modalidade é divulgada após a consolidação dos dados pelo INEP, por necessidade de diagnóstico, que não é exigido no processo de matrícula. Na RPMEB, houve uma ampliação considerável no que trata a matrícula, com 264% de aumento, configurando 1.407 alunos a mais que em 2013, avanço alavancado em 2014, com o aumento de quase 100% das matrículas em relação ao ano anterior, como mostra a Figura 3.2.



Fonte: Elaborada pela EPD com base nos Microdados do Censo da Educação Básica do Inep Relativos aos Anos de 2013 a 2019

Matrícula na Educação Especial na RPMEB 2013-2019 de em 3.060% no período de 2013 a 2020, com um número absoluto.

No que trata ao Atendimento Educacional Especializado, o aumento é estrondoso, 3.060%, nos sete anos, acreditando-se que esta ampliação significativa, que se consolida a partir de 2015, é resposta ao trabalho dos técnicos do Crie junto às famílias no processo de reflexão acerca da importância deste atendimento para o desenvolvimento escolar e inclusão social das crianças e jovens.

4 EDUCAÇÃO PARA A PAZ: PROMOVENDO QUALIDADE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Semec acredita que a oferta de vagas, que assegura o acesso de crianças, jovens e adultos a escola seja o primeiro movimento para garantir o atendimento escolar à população, porém, considera que a permanência com sucesso para terminalidade da escolarização é o segundo movimento necessário a ser garantido.

Imbuída deste compromisso, a gestão atual da secretaria busca caminhos para o desenvolvimento de iniciativas que promovam a permanência com sucesso de crianças, jovens e adultos no processo ensino aprendizagem, investindo em uma política educacional pautada na participação social, no conhecimento científico e em valores e princípios que promovam uma educação para a Paz. Assim, vem empreendendo ações inovadoras que permitam sustentação a gestão escolar e robustez a práxis pedagógica, em conjunto com a Funbosque e a Fmae.

Neste caminho, mesmo com cenário árduo que vivenciamos em 2020, imposto pela pandemia da Covid-19, a Semec vem desenvolvendo e participando efetivamente de discussões e elaboração de diversos instrumentos legais que visam o alcance das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação-PME, em consonância com o Plano Nacional de Educação-PNE e o Plano Estadual de Educação do Pará-PEE/PA, bem como na realização de ações que promovam uma aprendizagem significativa, dentre elas podemos citar a elevação na taxa de indicadores de qualidade²⁴, a ampliação e manutenção da rede física e a oferta de formação continuada aos servidores.

4.1 FORMAÇÃO CONTINUADA E ASSESSORAMENTO

Garantir que os alunos aprendam é um dos maiores desafios existentes na educação brasileira. Assim, tendo como missão assegurar a oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental público, gratuito e de qualidade, proporcionando acesso, permanência e sucesso escolar, contribuindo de forma incisiva na construção do exercício pleno da cidadania pelo aluno, esta Semec fortalece a práxis pedagógica e a gestão escolar, desenvolvendo uma política de Formação Continuada e Assessoramento Técnico e Pedagógico na concepção de sujeitos da educação²⁵ como elementos estruturantes do ato educativo.

24 Taxa de Aprovação, IDEB, Taxa de Abandono, Taxa de Distorção Idade-Ano/Ciclo, dentre outros.

25 Alunos, professores, equipe diretiva, grupo de apoio, pais/responsáveis.

Nesse âmbito, a Semec concebe a escola como lócus de formação de sujeitos éticos e críticos e como espaço de inclusão à luz dos direitos humanos, contribuindo efetivamente para a promoção de uma cultura de Paz, que promova a garantia dos direitos humanos e a valorização da diversidade humana.

As Diretorias de Administração e de Educação são as instâncias responsáveis pelo desenvolvimento desta política, que visa oferecer aos servidores reflexões e vivências acerca da humanização do ato de cuidar e educar, contribuindo de forma efetiva para ampliar e fortalecer ações de combate à desigualdade, discriminação e preconceito, que se encontram arraigadas de diversas formas em nossa cultura.

4.2 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIAD

No que trata a política de Formação Continuada e Assessoramento Técnico e Pedagógico, a Diad, por meio do Núcleo de Assistência a Saúde do Trabalhador-Nast, tem o compromisso de impulsionar ações que reflitam para o bem-estar e qualidade de vida e prevenção ao adoecimento dos servidores de forma geral, por meio do atendimento, acompanhamento e acolhimento dos que necessitam de avaliação na capacidade laborativa e readaptação funcional, além dos que são portadores de doenças crônicas.

Neste ano de 2020, com a pandemia da Covid-19, num cenário de insegurança, estresse e medo criado pelo adoecimento de servidores, de seus familiares e amigos, com o afastamento do convívio social e, em alguns casos, fragilizados com a morte de parentes e amigos, o Nast, com todas as dificuldades advindas da situação, buscou atuar de forma solidária.

Nesse contexto, o ano foi marcado pela assistência individualizada ao grupo de risco e demais servidores por meio de intervenções junto a Equipe de Saúde do Trabalhador da Sesma, no sentido de agendamento de consultas, na viabilização da homologação de atestados médicos, de informação acerca do contágio e cuidados de prevenção, bem como a utilização de mídias, aplicativo de mensagens e e-mails, como possibilidade de acompanhamento aos servidores com doenças crônicas. É imprescindível esclarecer que devido ao grande número de pessoas da população belenense e de outros municípios que necessitaram de atendimento, houve uma redução no suporte aos servidores, como demonstrado na Tabela 4.1, abaixo.

Tabela 4.1: Atendimento, Acompanhamento e Acolhimento de Servidores pelo Nast/Diad 2013-2020

SERVIDORES	ANO															
	2013		2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020*	
	Nº Pa.	Nº FC	Nº Pa.	Nº FC	Nº Pa.	Nº FC	Nº Pa.	Nº FC	Nº Pa.	Nº FC	Nº Pa.	Nº FC	Nº Pa.	Nº FC	Nº Pa.	Nº FC
Grupo Magistério	1.619	48	1.247	42	684	42	1.466	64	879	38	928	36	875	3	133	2
Grupo de Apoio	253		391		318		616		383		371		345		75	
TOTAL	1.872		1.638		1.002		2.082		1.262		1.299		1.220		208	

Fonte: Nast/DERH/Diad/Semec

*Dados preliminares

A irregularidade apresentada nos dados acima é o reflexo de processos de readaptação funcional e ingresso de novos servidores por meio de concursos e processos seletivos.

Registra-se que no período de 31 de agosto a 04 de setembro, o Nast coordenou, em parceria com a Sesma, a realização de testes rápidos para os servidores do grupo de risco e servidores com mais de sessenta anos, visando garantir um retorno às aulas com o máximo de segurança possível nesta situação.

4.3 DIRETORIA DE ENSINO-DIED

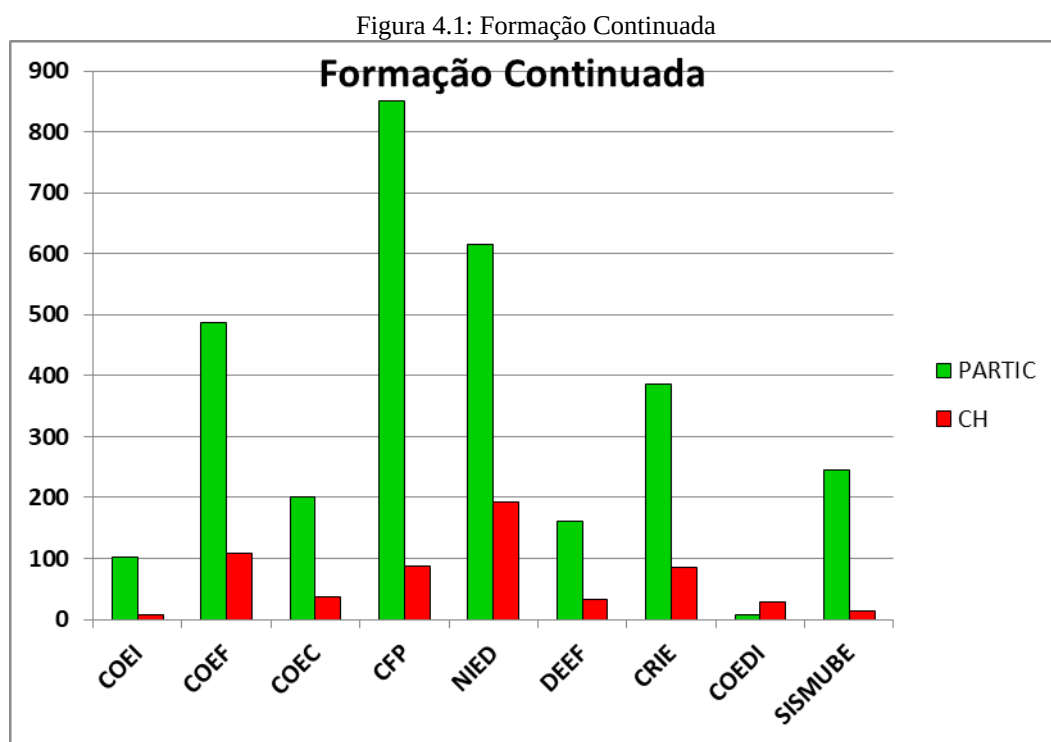
Considera-se que a Formação Continuada e o Assessoramento Técnico e Pedagógico têm como principal função promover o diálogo acerca dos saberes e fazeres do processo educativo, situando a escola na contemporaneidade, possibilitando, deste modo, o aprofundamento de fundamentos teóricos, atividades vivenciais; espaço para socialização de experiências nas diversas áreas de conhecimento, bem como discussões e reflexões, individuais e coletivas, sobre a diversidade e a inclusão, considerando que a diversidade é uma característica do humano, logo, todos devem ser incluídos, e não apenas as pessoas com deficiências, transformando-se em condição indispensável para o fortalecimento do pensar e fazer docente, promovendo a melhoria da aprendizagem.

A DIED é responsável pelo desenvolvimento deste processo, imbuído nas interações e relações entre teoria e prática que propiciem uma ressignificação na concepção de educando, de ensino e de aprendizagem, na perspectiva de atribuir novo significado as práticas pedagógicas aos sujeitos das escolas da RPMEB, visando à oferta de uma educação de qualidade. A diretoria é composta, atualmente, por: Coordenadoria da Educação Infantil (COEI), Coordenadoria do Ensino Fundamental (Coef), Coordenadoria da Educação do Campo (Coec); Coordenadoria da Educação Indígena (Coedi), Departamento de Educação Física (DEEF), Centro de Formação de Professores (CFP), Centro de Referência em

Educação Especial Gabriel Lima (Crie), Núcleo de Informática Educativa (Nied) e Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares (Sismube).

Assim, o desenvolvimento desta política é assegurado por meio da Hora Pedagógica²⁶, oportunizando o aprimoramento entre pares, com o compartilhamento de saberes e fazeres, que se materializam na participação efetiva de docentes e equipe diretiva, em reflexões de temáticas sobre conteúdo específico, temas transversais, metodologias e processo avaliativo que permeiam a prática docente, bem como a gestão democrática escolar e a formação ética cidadã.

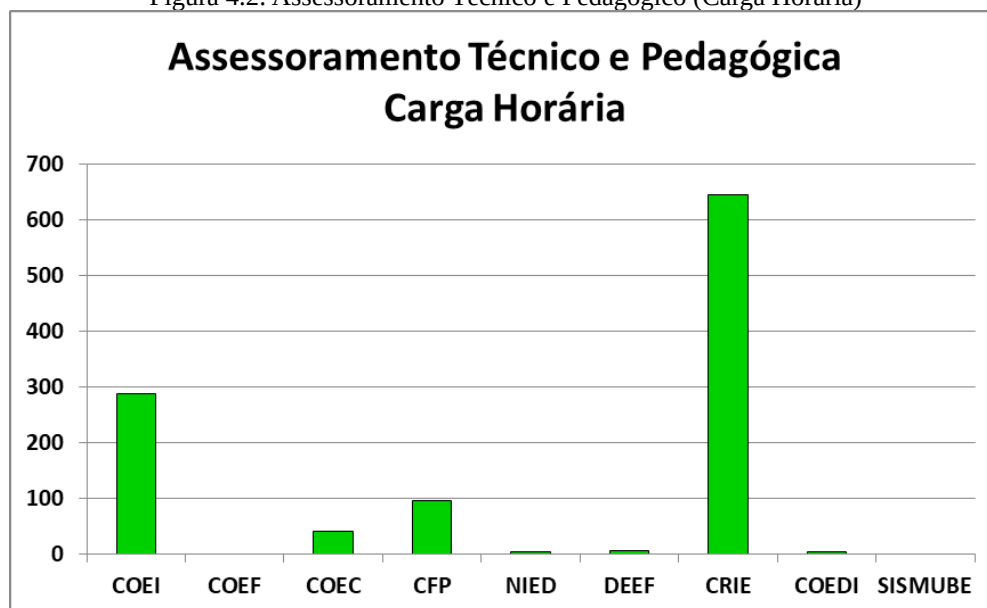
Em virtude do panorama mundial 2020, pandemia da Covid-19, as formações e assessoramentos ofertados tiveram uma carga horária menor que a planejada, pois se fez necessário a criação de plataformas digitais que viabilizassem a participação dos docentes e equipe diretiva. Registra-se que não será apresentada a série histórica 2013-2020, com a devida análise, por haver divergências nos dados apresentados pela gestão que assumiu a DIED no segundo semestre deste ano, especialmente no que trata a Coec ao Coef. As Figuras 00 e 00, abaixo, apontam o desenvolvimento da Formação Continuada e do Assessoramento Técnico Pedagógico, respectivamente.



Fonte: DIAD/Semec

²⁶ Hora Pedagógica é o acréscimo de 25 h remuneradas no contracheque dos professores, para participarem da Formação Continuada, visando a qualidade do ensino.

Figura 4.2: Assessoramento Técnico e Pedagógico (Carga Horária)



Fonte: Fonte: DIAD/Semec

É relevante ressaltar, que neste período de pandemia, para ofertar a continuidade dos estudos, buscou-se estratégias metodológicas para garantir a permanência do alunado da RPMEB, utilizando-se de ambientes virtuais e mecanismos presenciais com segurança, para atender as crianças e jovens da Educação Infantil e Ensino Fundamental nas modalidades Regular e EJA, assegurando o direito dos que tem acesso à internet e daqueles que não tem.

Figura 4.3: Gravação de videoaula



Fonte: Agência Belém

Na Educação Infantil as videoaulas desenvolvem atividades lúdicas²⁷ que possibilitam a participação de toda família; no Ensino Fundamental abordam-se temáticas relevantes das diversas áreas de conhecimento, de acordo com a proposta curricular. Dentre essas iniciativas destacamos:

A implantação e implementação do programa “Educa Belém – Aprendendo em casa”, que consiste na apresentação de videoaulas semanais, de 02h30’ cada, construídos por docentes da rede, ressaltando-se que há tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais –

²⁷ Músicas, pinturas, contação de histórias e brincadeiras.

LIBRAS, respeitando o direito dos alunos com deficiência, sendo transmitidas no canal 47, em parceria com emissora Rede TV de Belém;

- A criação de um blog, com abas por disciplinas, para garantia de atividades *online*²⁸;
- A criação de páginas no Instagram para desenvolvimento de atividade com alunos;
- A utilização do aplicativo Google Meet para realização da Formação Continuada e Assessoramento Técnico e Pedagógico;
- A entrega de atividade impressas²⁹ e material didático³⁰ para alunos;
- A utilização do aplicativo Whatsapp, por parte dos professores, para esclarecimentos de conteúdos e atividades.

4.4 VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A valorização do magistério é tratada normatizada em estratégias e metas nos planos de educação nacional, estadual e municipal, fundamentada pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996, como premissa básica para melhoria da qualidade do ensino. Desta feita, as iniciativas desta Semec para promover uma política de valorização do magistério se apresentam em ações que favorecem o aprimoramento profissional e condições de remunerações condignas de acordo com a legislação.

Com esse olhar, a Semec possui duas ações significativas no processo de valorização do magistério. A primeira refere-se às 25 horas remuneradas para aprimoramento, asseguradas aos docentes que atuam no Ensino Fundamental e regulamentada por meio da H.P., já mencionada anteriormente. A segunda é a garantia da liberação da carga horária total de trabalho, com pagamento integral da remuneração mensal, para realização de cursos de pós-graduação³¹, quando aprovados com temas de interesse na área em que atuam, considerando que após certificação é acrescido a remuneração do servido, como gratificação de escolaridade, 10% quando a titularidade é de especialista, 20% quando a titularidade é de mestre, e 30% quando a titularidade é doutor.

É importante registrar que 100% dos profissionais do grupo magistério, docentes, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, da RPMEB, têm graduação, atendendo a

28 As atividades online são disponibilizadas no blog: <https://Semecbelemnasuacasa.blogspot.com/>

29 As atividades impressas são entregues a família diretamente na escola.

30 Lápis de cor, giz de cera, massinha, canetas, borrachas e outros.

31 Lato Sensu e Scritu Sensu.

legislação educacional em vigor, e que há um número considerável desses profissionais com pós-gradual, considerando-se um quantitativo maior com a titularidade de especialista, como apresentam as Tabela 4.2 e Tabela 4.3.

Tabela 4.2: Funcionários com Pós-Graduação Lato Sensu 2013-2020

PÓS-GRADUAÇÃO	ANO							
LATO SENSU	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Especialização	1.439	1.708	1.867	1.965	1.880	2.017	1.987	2.095

Fonte: DERH/Diad/Semec

Tabela 4.3: Funcionários com Pós-Graduação Stricto Sensu 2013-2020

PÓS-GRADUAÇÃO	ANO							
STRICTO SENSU	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Mestrado	117	153	177	186	160	185	192	215
Doutorado	10	10	16	19	15	14	18	16
TOTAL	127	163	193	205	175	199	210	231

Fonte: DERH/Diad/Semec

A tabela registra uma significativa variação negativa-88,97, entre o total de servidores com pós-graduação lato sensu e com os de stricto sensu, reflexo do número reduzido de vagas ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior públicas, que precisa estabelecer uma seleção magna para o acesso.

Considera-se, ainda, que os dados demonstram a preocupação com a melhoria da qualidade da educação, advindo de um investimento financeiro vultoso desta Semec/PMB, na valorização do magistério, considerando que o afastamento³² deste servidor acarreta sua remuneração integral e a contratação de um servidor substituto para exercer suas funções.

4.5 OS INDICADORES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA RPMEB: AVANÇADO NA APRENDIZAGEM

A qualidade na educação é compreendida, no planejamento estratégico da Semec, como um conceito ativo, por isso um processo permanente de construção e reconstrução. Assim, os indicadores estabelecidos, pelo MEC, para avaliá-la e monitorá-la, em suas sete dimensões³³ são importantes para melhorar principalmente o acesso, a permanência e a aprendizagem dos alunos.

Um dos indicadores, nacionais, relevantes neste processo, de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira-INEP, é o Índice de

32 O período mínimo de afastamento para especialização é de 01 ano, para o mestrado de 02 anos e para o doutorado de 04 anos.

33 As sete dimensões são: ambiente educativo; prática pedagógica e avaliação; ensino e aprendizagem da leitura e da escrita; gestão escolar democrática; formação e condições de trabalho dos profissionais da escola; ambiente físico escolar; acesso e permanência dos alunos na escola.

Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB³⁴, que agrega outros indicadores de qualidade da educação, visando aferir o desempenho individual dos alunos, servindo como ferramenta de avaliação e autoavaliação para professores, gestores escolares e políticas de educacionais.

Em Belém, as 68 escolas da RPMEB que ofertam os anos iniciais participaram desta oitava edição do IDEB, 69,11% apresentam superação da meta, confirmando a constante evolução nessa etapa do ensino fundamental, indicando maior qualidade na trajetória escolar e aprendizagem adequada. Sendo importante, destacar as EMEIF Ernestina Rodrigues³⁵ com uma trajetória exemplar, superando todas as metas estabelecidas.

Nos Anos Finais, apenas três das 36 escolas não participaram da edição 2019; destas 15,15% superaram a meta, 75,76% não atingiram a meta e 9,09% atingiram a meta, confirmando a situação complexa desta etapa do ensino fundamental nas últimas quatro edições do IDEB, como observa-se na Tabela 4.4.

Tabela 4.4: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da RPME 2005-2017

Anos	2005		2007		2009		2011		2013		2015		2017		2019	
Nota/Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta	Nota	Meta
INICIAS	3	0	3,4	3,1	3,9	3,4	4,4	3,8	4,1	4,1	4,6	4,4	5,1	4,7	5,3	5
FINAIS	3,1	0	3,2	3,1	3,5	3,3	3,7	3,6	3,8	4	4	4,3	4,3	4,6	4,4	4,9
Ens. Médio	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,5	0	0	3,4

Fonte: INEP/MEC

Ao considerando os dados acima, percebe-se uma regularidade evolutiva nos anos iniciais, com destaque para 2011, quando a superação da meta atingiu 46,67%, consolidando o trabalho realizado por esta Semec com o Projeto Expertise³⁶ do CFP e Alfamat³⁷ do Nied, no acompanhamento e monitoramento do processo ensino-aprendizagem. Nos anos finais, os dados indicam a necessidade de ações mais significativas no processo de acompanhamento e assessoramento pedagógico, com intervenções mediadoras nas sete dimensões na qualidade da educação. O Ensino Médio da RPMEB, como já se explicitou anteriormente, é coordenado pela Funbosque, registrando-se que participou apenas da sétima edição do IDEB.

34 Concebido como uma avaliação externa e instrumento para aferição da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem no ensino fundamental e médio, é realizado bianualmente, calculado por meio do desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB e pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono.

35 A EMEF Ernestina Rodrigues faz parte do Distrito Administrativo de Belém – DABEL, desenvolve diversos projetos escolares, instituiu o Coral da escola, apresenta participação efetiva do corpo docente e equipe diretiva na formação continuada e em aprimoramento profissional e um Conselho Escolar atuante.

36 Projeto Expertise em Alfabetização, que promove a realização de avaliação diagnóstica mensal para investigar e intervir no desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa desenvolvidas pelos alunos do CF I (1º, 2º e 3º anos).

37 Alfamat com os professores do CF II (4º e 5º anos) que visa o desenvolvimento do raciocínio lógico e produção textual, com aplicação de avaliação específica, que já apresenta resultados positivos no rendimento dos alunos da RPME na Prova Brasil.

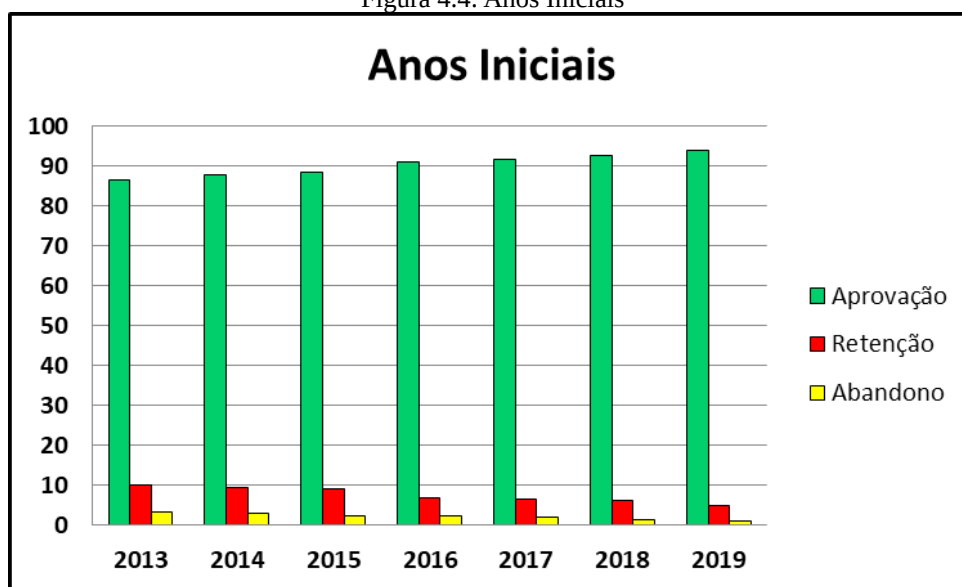
Outros indicadores de qualidade da educação são as taxas de movimento (taxa de abandono) e rendimento (taxa de aprovação e retenção), que na RPMEB denotam, nesses oito anos, avanços consideráveis no Ensino Fundamental e melhoras irregulares no Ensino Médio, como se apresenta na Tabela 4.5.

Tabela 4.5: Taxa de Aprovação, Retenção e Abandono da RPME 2013-2019

Nível de ensino	2013			2014			2015			2016			2017			2018			2019			
	APR	RET	ABA	APR	RET	ABA	APR	RET	ABA	APR	RET	ABA	APR	RET	ABA	APR	RET	ABA	APR	RET	ABA	
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	86,6	10	3,2	87,7	9,4	2,9	88,5	9,1	2,4	91	6,8	2,2	91,7	6,4	1,9	92,5	6,1	1,4	94	4,9	1,1
	Anos Finais	83	13,6	3,4	84,7	12,5	2,8	84,2	13,4	2,4	89,6	8,5	1,9	88,9	9,6	1,6	89,2	9,2	1,6	91,1	7,7	1,2
Médio	56,5	43,5	0	46,9	51	2,1	79	20,2	0,8	70	24,6	5,4	56	37,3	6,7	83,9	13,6	2,5	60	35,8	4,2	

Fonte: Inep/Mec

Figura 4.4: Anos Iniciais



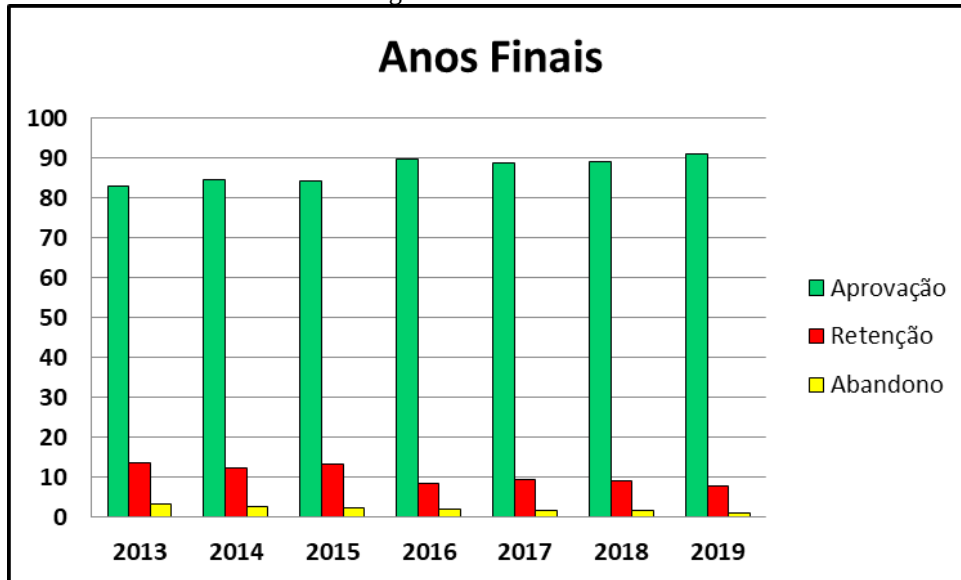
Fonte: Elaborada pela EPD com base nos Indicadores Educacionais do Inep

Nos anos iniciais os resultados alcançados são fruto do trabalho relevante que os sujeitos que compõem a escolas vêm desenvolvendo, dentre eles destacamos: investimento na qualificação docente, mediante formação continuada, melhoria na relação família/escola, comprometimento da equipe diretiva com a qualidade do ensino e da aprendizagem. Considera-se que a regularidade na redução da retenção de 51%, e de 65,6% no abandono, nos últimos sete anos, demonstram o investimento e preocupação com a qualidade da educação ofertada a população, como vemos na Figura 4.4.

Considera-se que nos anos finais, ainda se faz necessários maiores investimentos e participação mais efetiva do corpo docente nas formações continuadas, pois, apesar de no

período 2013-2019 apresentar uma redução de 43,4% na retenção, e de 64,7% no abandono, os percentuais da taxa de aprovação apresentam avanços mínimos, como vemos na Figura 4.5.

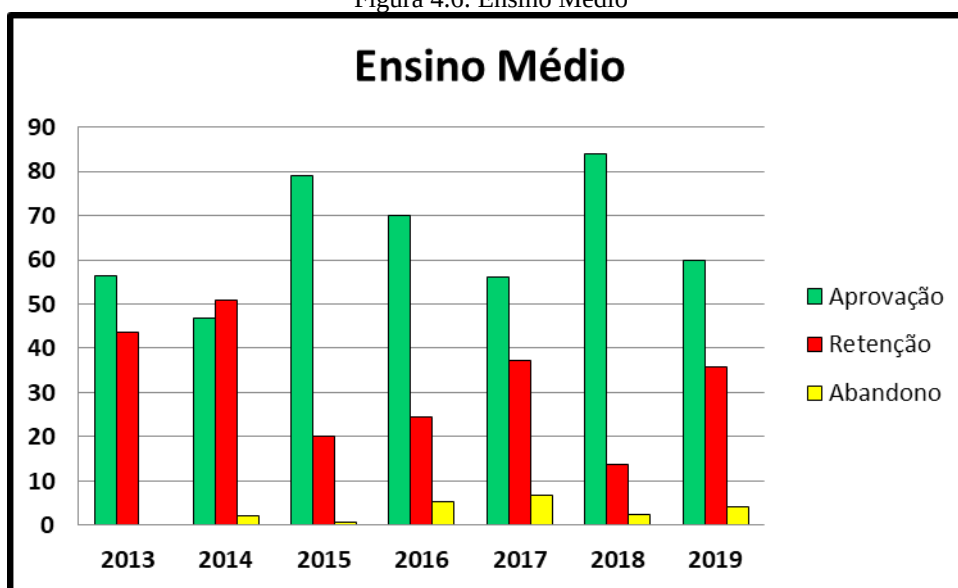
Figura 4.5: Anos Finais



Fonte: Elaborada pela EPD com base nos Indicadores Educacionais do Inep

O ensino médio vem se tornando uma preocupação permanente no que se refere à aprendizagem e permanência dos discentes na escola, uma vez que as taxas dos índices de rendimento e movimento são instáveis. No ano de 2019 esses índices apontaram que houve redução na taxa de aprovação de 28,5% em relação ao ano de 2018. Na taxa de retenção, no mesmo período, um aumento assustador de 163,2% e na taxa de abandono o aumento é significativo, também, de 68,0%, como se observa na Figura 4.6.

Figura 4.6: Ensino Médio



Fonte: Elaborada pela EPD com base nos Indicadores Educacionais do Inep

4.6 GARANTIA DE PERMANÊNCIA

4.6.1 Revendo a Política de Educação

A Semec norteia as políticas públicas educacionais sob o alicerce da educação como direito social e essencial à dignidade humana. Nessa direção vem encaminhando ações que visam ampliar o movimento de mudanças na área educacional do município, com ênfase na RPMEB, dentre elas destaca-se:

- Participação efetiva na elaboração do Plano Diretor Urbano de Belém-PDU, responsabilizando-se por análises dos resultados alcançados nos últimos dez anos na RPMEB, propondo atualização, renovação e adequação de suas diretrizes, objetivos e metas a nova realidade mundial, nacional e local, com ênfase na qualidade do serviço que se oferta a população.
- Reestruturação da Proposta Curricular da RPMEB, onde a Diretoria de Ensino encaminha as discussões com toda a rede ensino, visando às adequações necessárias as orientações nacionais e estaduais, respeitando a cultura e conhecimentos locais, na perspectiva de alinhar as metas de aprendizagem estabelecidas.
- Reestruturação do Regimento Interno da Semec, onde os diversos setores desta secretaria efetivam, coletivamente, a avaliação de suas competências e as novas

competências assumidas advindas das exigências da educação necessária a educação do século XXI, visando rever sua estrutura organizacional;

- Realização de estudos nas diversas áreas necessárias para implantação do Plano de Cargos e Salários dos servidores desta Semec.
- Realização de estudos e proposições para alteração no artigo 13 da Lei 7.722/96, objetivando assegurar acesso aos recursos federais para todas as escolas municipais.

4.6.2 Oferta da Educação em Tempo Integral

É fato que o PNE e o PME estabelecem o propósito de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 60% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 33% dos alunos da Educação Básica até 2024. Entretanto, o financiamento para atingir as metas estabelecidas ainda é precário, considerando-se os custos de alimentação e pessoal para um atendimento mínimo de sete horas diárias com qualidade.

Na RPMEB, A educação integral vem sendo implantada e implementada, ao longo dos últimos oito anos, com o propósito de promover o desenvolvimento integral do aluno, por meio da ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais. O maior investimento concentra-se na Educação Infantil por acreditar-se que as crianças até 05 anos de idade necessitam de maior tempo na escola para seu desenvolvimento integral no ato de cuidar e educar, favorecendo ainda aos pais/responsáveis trabalhadores que garantem um espaço, com profissionais e equipamentos de qualidade onde a criança permanece por oito horas.

No ensino fundamental, a oferta em tempo integral, teve início com o Programa Mais Educação³⁸ do governo federal, e está sendo ampliada gradualmente. No ensino médio, a oferta é considerável, haja vista, atendermos alunos do entrono das ilhas, onde se localizam as escolas e o tipo de cursos e metodologias ofertados como relatou-se anteriormente.

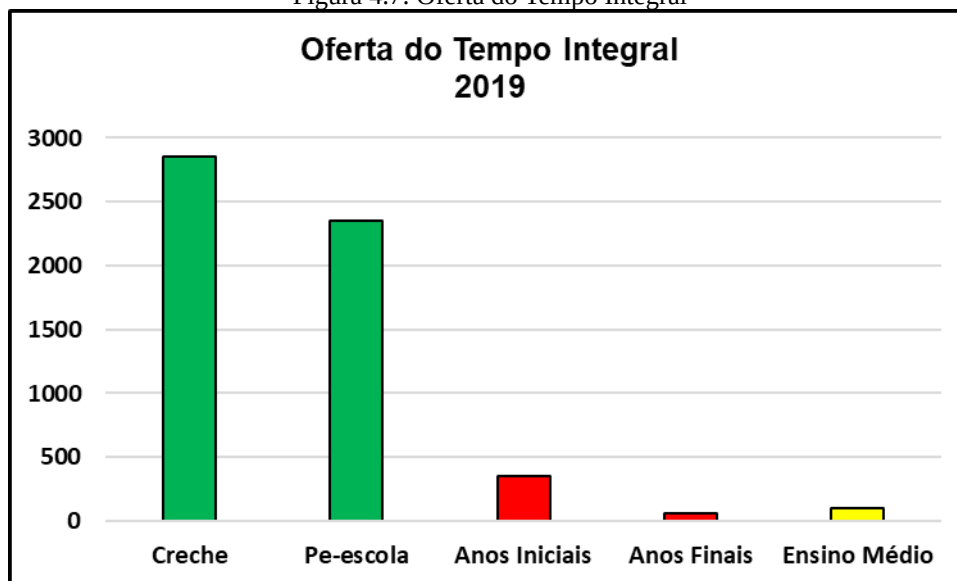
Tem-se clareza da necessidade de ampliar cada vez mais o tempo em que os alunos permanecem diariamente na escola, e que a RPMEB ainda não atende grande parte dos alunos em tempo integral, porém a qualidade deste serviço ofertado tem oportunizado a ampliação

³⁸ Programa criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, que se constitui como estratégia para ampliação da educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino, por meio da ampliação da jornada escolar nas escolas públicas para, no mínimo, 7 horas diárias, por meio de atividades optativas.

dos estudos e o desenvolvimento de competências para a vida dos alunos, para além do acúmulo de carga horária.

Em 2019, 5.718 alunos da RPMEB, foram matriculados em turmas de tempo integral, onde o maior investimento é na educação infantil com 91,03% das matrículas, como se verifica na Figura 4.7, abaixo.

Figura 4.7: Oferta do Tempo Integral



Fonte: Elaborado pela EPD com Base nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica do Inep

No ensino fundamental a oferta ainda é insipiente, com oferta de turmas em algumas escolas, com apenas 413 alunos, ressaltando-se que este quantitativo não considera os alunos que fazem parte do Programa Mais Educação do governo federal.

4.7 TRANSPORTE ESCOLAR

A oferta de transporte escolar é uma necessidade fundamental para garantir a igualdade de oportunidades de acesso à escola, posto que um dos fatores que contribuem para a evasão escolar guarda relação direta com a condição socioeconômica das famílias. Em Belém, está oferta é condição *sine qua non* na área insular, constituindo-se como apoio e incentivo à matrícula e permanência dos alunos na escola.

A Semec/PMB, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e do Tesouro Municipal, o oferece quatro formas de traslado para os alunos da RPMEB, administrados pelo setor de transporte da Diad. Sua frota é composta por transportes rodoviários, ônibus e vans, e transportes hidroviários, barcos e lanchas. Os transportes são

devidamente equipados com acessórios de segurança e acessíveis para o transporte de alunos com deficiência motora, bem como profissionais capacitados para condução dos alunos, motorista e pilotos, e os assistentes.

Registra-se que o transporte hidroviário revela questões de atendimento especiais, considerando as peculiaridades dos rios e igarapés da região. Assim, faz-se necessário a locação de barcos³⁹ para a maioria do traslado dos alunos da área insular, por exigir os alunos sejam apanhados na porta/trapiche de suas moradias, bem como a adequação ao período de marés e chuvas da região.

Atualmente, a Semec dispõe de 47 ônibus para atendimento da área continental e insular, 02 vans, 15 barcos e 04 lanchas para atendimento a área insular, conforme os dados da Tabela 4.6, abaixo.

Tabela 4.6: Transporte Escolar 2013-2020

ANO	TIPO					ALUNOS ATENDIDOS
	Ônibus	Lancha	Barco	Van	Total	
2013	2	0	16	0	18	1.037
2014	14	4	28	0	46	1.139
2015	31	4	29	0	60	1.358
2016	36	4	23	1	60	1.445
2017	38	4	24	1	62	1.510
2018	39	4	22	1	61	1.353
2019	47	4	18	1	66	2.351
2020	48	4	15	2	69	2.060

Fonte: Setor de Transporte/Diad/Semec

Observa-se um aumento considerável de 2.250% na aquisição de ônibus escolares nos oito últimos anos. Esse aumento é advindo das características geográficas do município, que para atender a demanda da área insular requer um número considerável de traslado, exigindo a utilização de transporte hidroviário, para chegar até a ilha onde se localiza a escola, e transporte rodoviários, para chegar até a escola. Em contra partida, os dados apontam uma redução de 25% na locação de barcos, advindo de estudos realizados nas rotas para otimização do tempo de permanência dos alunos neste tipo de transporte⁴⁰, buscando diversificar os horários de atendimento nas escolas.

³⁹ Contratos realizados com pessoa jurídica.

⁴⁰ Alguns traslados hidroviários chegavam até uma hora para chegar à ilha.

4.8 CONSELHO ESCOLAR

O fortalecimento da gestão escolar perpassa pelo desenvolvimento do diálogo no ambiente da escola ao fomentar iniciativas para participação efetiva de todos. Assim, é no conselho escolar que se constrói esse processo, como espaço privilegiado para o exercício da cidadania, vivenciando-se experiências de decisão colegiada, comprometida com a formação de sujeitos históricos conscientes dos seus direitos e deveres. A Semec incentiva a consolidação desse espaço em suas ações administrativas e pedagógicas, no desempenho das funções consultiva, deliberativa, fiscalizadora e mobilizadora deste colegiado.

Entretanto, a constituição do conselho escolar na RPMEB, é um grande desafio, haja vista, enfrentar dificuldades de diversas ordens, que vão desde a omissão por parte de servidor efetivo para se candidatar, com certa rejeição em participar do colegiado, até a legalização e pouca compreensão da importância das funções deste. Diante deste panorama e com a perspectiva de minimizar a situação, esta secretaria vem realizando um trabalho de sensibilização no interior das unidades de ensino, no intuito de despertar o interesse na participação efetiva da constituição do Conselho Escolar, que muito mais que uma obrigação legal⁴¹, consiste na possibilidade de assegurar e fortalecer a gestão democrática no contexto escolar, efetivando-se como uma das instâncias responsáveis em contribuir para o aperfeiçoamento e qualidade da educação ofertada à população.

Esse esforço apresenta um resultado satisfatório, com a constituição de 06 novos Conselhos Escolares⁴² eleitos e em processo de legalização, e 61 em atividade normal. Registrando-se que em 2020 não foi possível realizar eleições para os Conselhos Escolares que encerram os mandatos devido à pandemia, sendo prorrogado o mandato destes.

4.9 A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE-FMAE

A merenda escolar é aspecto fundamental para a garantia da permanência com sucesso do aluno na escola. Na RPMEB, esta responsabilidade cabe a Fmae, em parceria com a Semec, que composta por um grupo diversificado de profissionais, viabiliza todo o processo de aquisição e distribuição de alimentos, elaboração de cardápios e a avaliação e monitoramento de todo o processo da merenda escolar.

41 Art. 13 da Lei 7.722/1996.

42 Escolas construídas em 2019 e 2020.

A aquisição dos gêneros alimentícios é realizada pela Fmae, respeitando as normas de alimentos saudáveis, nutritivos e variados, dando preferência à cultura de hábitos alimentares da região. A distribuição é realizada de acordo com a validade de consumo dos alimentos, quinzenal e semanalmente, e per capita por número de alunos de acordo o teor e quantidade nutricionais.

As nutricionistas são responsáveis pela elaboração dos cardápios quinzenais e pela realização do treinamento as merendeiras, considerando a manipulação e confecção de alimentos, destacando a relevância na utilização do uniforme completo, vestuário e calçados, distribuído anualmente pela Fmae.

Realiza-se acompanhamento e avaliação as unidades de ensino visando o alcance dos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAL e em cumprimento as normas estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE. Esta ação envolve inspeções sanitário/operacionais às cozinhas e seus utensílios, o armazenamento dos alimentos no depósito da merenda escolar e refeitórios, bem como ao cardápio quinzenal, registrando-se a entrega de relatório anualmente ao CAE.

Os alunos da RPMEB recebem a merenda escolar, durante todo o período letivo, consistindo em uma alimentação servida no intervalo das aulas. Os alunos que frequentam a escola em tempo parcial recebem uma alimentação, os alunos que frequentam em tempo integral recebem cinco alimentações. Importante destacar que foi ampliado o número de alimentações servidas aos alunos que utilizam o transporte hidroviário, devido à duração do traslado. Assim, ao chegarem à escola os alunos recebe uma refeição equivalente ao café da manhã e no intervalo das aulas a segunda refeição.

A realidade vivenciada no de 2020, pandemia, obrigou a Fmae a criar estratégias para garantia da merenda escolar a todos os alunos da RPME. Desta forma, foram criados *kit's* de merenda escolar para serem entregues a famílias, cumprindo rigorosamente as orientações preconizadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, neste processo.

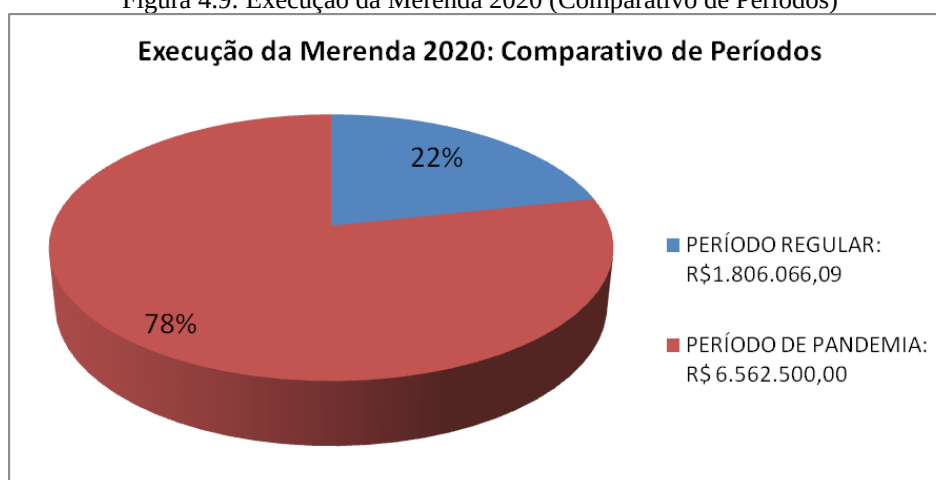


Fonte: Relatório Anual de Gestão 2020 da Fmae

Os *kit's* foram montados para atender à necessidade nutricional individual do aluno correspondente a quatro semanas de aula, entregues mensalmente a partir do mês de abril. Assim, as famílias recebiam a quantidade de *kit's* de acordo com o número de aluno matriculado na escola. Registrando que várias famílias chegaram a receber até quatro *kit's* de merenda escolar.

Essa ação exigiu o investimento de recursos superiores ao planejado no orçamento municipal, considerando-se que até junho de 2020 foi executado o valor total de R\$ 8.368.566,09, deste R\$5.699.760,42 tendo como fonte o Tesouro Municipal, e R\$2.668.805,67 do Pnae e, como se observa na figura abaixo.

Figura 4.9: Execução da Merenda 2020 (Comparativo de Períodos)



Fonte: Relatório Anual de Gestão 2020 da Fmae

Registra-se que a entrega dos *kit's* de merenda escolar continuaram nos meses subsequentes³⁶, com exceção do período de férias escolares, mês de julho, estando sendo finalizados os relatórios.

5 INFRAESTRUTURA DA RPMEB: OUTRO OLHAR PARA APRENDIZAGEM

A Semec acredita que ter uma equipe pedagógica eficiente é essencial para um processo educativo de sucesso, entretanto, contar com escolas em bom estado físico é fator importante para garantir uma educação de qualidade, pois atua de modo não verbal, impactando direta e simbolicamente sobre os sujeitos que compõem a escola.

Desenvolvendo uma política educacional com foco no respeito humano e construção de uma educação para Paz, esta secretaria tem clareza de que a estrutura física e digital das escolas influencia diretamente no processo ensino-aprendizagem. Deste modo, busca investir na criação de um ambiente escolar confortável, agradável e estimulante, com profissionais qualificados, que promovam aprendizagens significativas, ao possibilitar que professores ofereçam metodologias diferenciadas no processo de ensino e que crianças e jovens obtenham melhor desenvolvimento acadêmico.

A Diad, por meio do Departamento de Recursos Humanos – DERH, do Departamento Manutenção – DEMA, Departamento Financeiro – DEFI e o Departamento de Recursos Materiais – DERM, é o setor responsável pela efetivação da infraestrutura, abordada acima, direcionando ações na realização de construção, revitalização, ampliação e seleção⁴³ de servidores para o funcionamento das escolas.

5.1 GESTÕES DE PESSOAS

Acredita-se que o maior patrimônio de qualquer empresa, seja público ou privado é o seu capital humano, isto posta, a área de recursos humanos é uma componente essencial para o sucesso de qualquer organização. O DERH desta secretaria busca desenvolver estratégias, com ações mais eficazes e eficientes, para o atendimento ao servidor, intervindo nas demandas que abrangem contratação, administração de licenças e gratificações, avaliação do desempenho, planejamento de substituição dentre outros. Essas ações diárias são intensas, devido a análises legais de processos que incluem o ingresso do servido, seu direito a qualificação e remuneração, e sua avaliação funcional.

No que trata ao ingresso de novos profissionais, faz-se sua recepção considerando as orientações acerca do funcionamento da secretaria e das funções que exercerá, garantindo informações de seus direitos e deveres, com acesso ao regimento da mesma. Ressaltando-se

43 Por concurso público ou Processo Seletivo Simplificado.

que o ingresso se dá por meio de processo seletivo, através de concurso público ou Processo Seletivo Simplificado.

O PSS é a contratação temporária, imprescindível para suprir as carências temporárias da rede, devido ao afastamento temporário de servidores, a qual deve ser coberta por contratação temporária garantindo a carga horária do servidor em seu retorno. O afastamento do servidor acontece como direito legal a licenças, de ordem médica, para estudo em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, prêmio, para atuação política e sem vencimento, ou processo de aposentadoria.

Nesses oito anos o quadro funcional da secretaria apresentou variação negativa de 9,06, com um quadro atual de 6.232 servidores, deste 75,35% são efetivos, ou seja, ingressos por meio de concurso público. Os 1.536 contratados, ingressaram por meio de PSS, como demonstrado na Tabela 5.1.

Tabela 5.1: Número de Funcionários da Semec 2013-2020

Vínculo	ANO								
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Efetivos	5.769	5.701	5.652	5.597	5.134	5.214	5.098	4.696	42.861
Contratados	1.084	1.286	1.565	1.759	1.733	1.918	1.853	1.536	12.734
TOTAL	6.853	6.987	7.217	7.356	6.867	7.132	6.951	6.232	55.595

Fonte: DERH/Diad/Semec

A Tabela 5.1 apresenta um número maior de servidores nos de 2015 e 2016, com aumento de 3,29% e 1,93%%, advindos de contratação necessária para efetivação de ações nas escolas, como projetos e programas. A redução no número de efetivos, nos últimos oito anos, com queda de 18,60%, está vinculada aos processos de afastamento e aposentadoria, já mencionados anteriormente.

5.2 REDE FÍSICA

A secretaria pondera que a infraestrutura de uma escola é formada para além de seu prédio, pois se acresce a isso o dinamismo de seus ambientes, seu aspecto técnico funcional, seu mobiliário e equipamento e sua estrutura digital de acordo com a especificidade para cada nível de ensino. Assim, a infraestrutura das escolas que compõem a RPMEB, visa à adequação ao meio ambiente, respeitando os aspectos geográficos locais, e o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico da escola, respeitando a estrutura do prédio, os equipamentos

e mobiliários necessários e a estrutura digital para o melhor atendimento de alunos e funcionários.

Nessa perspectiva, a secretaria por meio do DEMA/Diad, busca desenvolver uma proposta de construção, revitalização, ampliação, aparelhamento e mobiliação de escolas, que promova uma ambiência física em consonância com as diretrizes e políticas de ensino.

5.2.1 Ampliação e Manutenção

A secretaria efetivou a expansão da rede física realizando a construção e ampliação de escolas em todos os distritos administrativos da cidade, e de prédios da sede. A esta ação, se junta à execução da revitalização e manutenção de escolas, envolvendo obras de reforma e reconstrução de escolas.

O aumento de unidades escolares construídas nesses oito anos foi de 1.100,0%, com um total de 22 novas escolas, destacando-se neste processo a reconstrução da EMEF Manuela de Freitas. Concomitante as estas ações incluem-se os serviços de revitalização e manutenção e execução de projetos de acessibilidade física e climatização, com 1.488,89% em relação a 2013, que visam adequar todas as unidades conforme as normas de segurança e habitabilidade, estando devidamente planejadas, anualmente, como medidas preventivas considerando toda a rede física municipal, independentemente da dimensão do serviço, priorizando a demanda de solicitações oriundas das unidades escolares ou situações emergenciais.

Registra-se ainda que foram realizados pequenos reparos, denominados de assistência técnica, em diversos espaços educativos e prédios da sede. Essas ações configuram uma vultosa ampliação e manutenção da rede física desta Semec, como se vê na Tabela 5.2.

Tabela 5.2: Ampliação da Rede Física 2013-2020

Ação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Escolas Construídas	3	2	3	2	4	2	2	8	26
Escolas Ampliadas	4	1	0	2	0	0	2	1	10
Escolas Reformadas	8	34	30	15	29	16	24	34	190
Escolas Climatizadas	0	0	7	4	8	3	14	19	26
Quadras Construídas	0	8	3	6	0	1	1	4	23

Fonte: DEMA/Diad/Semec

Uma questão que merece destaque quando abordamos a rede física das escolas em nossa rede, referem-se aos Espaços Educativos que promovem a interação do aluno com o espaço, concebendo-se aí a estrutura física, os equipamentos e os mobiliários disponibilizados para

realização de atividades individuais e coletivas, são eles as bibliotecas, as salas de leitura e os laboratórios. Esses espaços expandem o conceito de aula para além das paredes das salas da escola, sendo projetados de modo à interação entre professor e alunos, entre o aluno e seus pares e entre o aluno e as diversas áreas do conhecimento.

Considerando que muitas escolas da RPMEB são da década de 60 do século XX, inclusive alguns prédios adaptados para funcionamento, a secretaria investiu na construção e revitalização de bibliotecas e quadras, visando disponibilizar ambientes escolares mais saudáveis e incentivadores; realidade apresentada na Tabela 5.3

Tabela 5.3: Investimento em Espaços Educativos das Escolas da RPME 2013-2020

Tipo de Investimento/Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
Bibliotecas Construídas	0	3	0	0	3	3	1	2	12
Bibliotecas Revitalizadas	0	2	1	12	10	7	5	26	63

Tabela 5.4: Fonte: DEMA/Diad/Semec

5.2.2 Aparelhamento, Mobiliário e Consumo

Aparelhar e mobiliar uma escolar não é uma ação fácil e barata, haja vista, que conjuntamente com outros fatores físicos, os equipamentos e mobiliário são fatores que influenciam no processo ensino-aprendizagem. O DERM e o DEFI são os setores responsáveis por gerenciar os recursos dessa infraestrutura, que assegura o funcionamento adequado dos prédios escolares e dos prédios da sede da secretaria.

O DERM atende a legislação nacional e estadual para aquisição dos equipamentos⁴⁴ e mobiliário⁴⁵ adequado às escolas, de acordo com o nível de ensino ofertado, o mesmo acontecendo com os prédios da sede. No que trata ao consumo⁴⁶, serviços essenciais para funcionamento da escola, com pagamento mensal, a parceria com os gestores escolares⁴⁷ é de fundamental importância para sua efetivação.

Nos oito anos, o investimento nesta área é considerável, R\$ 31.783.952,10, especialmente com a ampliação da rede física, em aparelhamento e mobiliário o aumento é de 92,3%, no consumo o aumento é de 401,1%, como se verifica na Tabela 5.5.

44 Maquinário, eletrodomésticos, utensílio de copa-cozinha, condicionadores de ar, ventiladores e outros.

45 Mesas, carteiras, quadros de escrever, armários e outros.

46 Serviços de Água, Luz, Telefone e suprimento de fundos.

47 Acompanhamento, prazos e comprovantes em dia.

Tabela 5.5: Recursos Destinados para Aparelhamento, Mobiliário e Consumo da Semec 2013-2019

ITEM	GASTOS								TOTAL
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	
Aparelhamento	2.280.045,37	2.403.554,26	1.738.196,16	908.405,85	670.311,69	3.419.291,70	6.366.772,07	4.385.531,01	22.172.108,11
Consumo	457.192,53	828.851,72	1.254.777,59	920.618,10	522.137,30	1.080.732,11	2.256.454,88	2.291.079,76	9.611.843,99
Total	2.737.237,90	3.232.405,98	2.992.973,75	1.829.023,95	1.192.448,99	4.500.023,81	8.623.226,95	6.676.610,77	31.783.952,10

Fonte: DRME/DEF/Diad/Semec

*Dados preliminares

Os dados apresentam irregularidades nos gastos com consumo, advindos de aumentos em conta de energia elétrica, quando o país todo sofre as consequências e do suprimento de fundos disponibilizados a gestores escolares e diretorias da sede para ações especiais que superam o previsto no planejamento.

6 FINANCIAMENTO NA EDUCAÇÃO DA RPMEB

A implantação e implementação de políticas públicas educacionais é totalmente dependente do financiamento da educação, pois são os recursos destinados à educação que dão sustentabilidade aos sistemas de ensino da União, Estados e Municípios, tornando-se uma das condições essenciais para garantia do direito a uma educação pública de qualidade.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 212, estabelece os recursos vinculados à educação e os percentuais mínimos a Manutenção e Desenvolvimento da Educação – MDE, advindos da receita de impostos, cabendo 18% a União e 25% aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

A PMB, respeitando a receita e as obrigações constitucionais com a MDE, vem ampliando o investimento na educação, assegurando recursos, destinados a Semec, Fmae e Funbosque, visando à melhoria na qualidade da educação pública municipal, estabelecidos em seu Plano Plurianual – PPA⁴⁸ e nas Leis Orçamentarias⁴⁹ do município.

A Tabela 6.1 apresenta o demonstrativo de despesas, de acordo com as fontes dos recursos, indicando que o financiamento aplicado na educação, nos últimos sete anos, registrou um aumento de 36,91% no período 2013-2019, totalizando R\$3.086.421.063,88. Deste valor 52,95% é oriundo do Tesouro Municipal, governo municipal, como se observa na Tabela 6.1, abaixo.

Tabela 6.1: Investimento na Educação 2013-2020

Fonte/Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
FUNDEB	158.201.717,61	170.174.543,97	195.979.602,82	213.802.649,27	223.123.024,17	228.445.956,63	262.367.094,83	1.452.094.589,30
TESOURO MUNICIPAL	214.308.588,44	230.821.131,00	237.997.198,15	227.484.831,65	237.590.948,31	238.476.184,37	247.647.592,66	1.634.326.474,58
TOTAL	372.510.306,05	400.995.674,97	433.976.800,97	441.287.480,92	460.713.972,48	466.922.141,00	510.014.687,49	3.086.421.063,88

Fonte: Siope/FNDE

Quando esses recursos são detalhados nos níveis de ensino ofertados pela RPMEB, observa-se um investimento considerável na educação, como detalhado abaixo.

48 PPA, com duração de quatro anos.

49 Lei orçamentaria anual.

6.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

O financiamento na Educação Infantil é o maior na oferta da educação básica, chegando nestes sete anos a um total de R\$555.606.315,80, com um aumento considerável de 150,34% no período 2013-2019, sendo o investimento da PMB 32,29% superior ao da União, representando resultados positivos na ampliação das matrículas e construção de novas escolas, de acordo com a Tabela 6.2, abaixo.

Tabela 6.2: Investimento na Educação Infantil 2013-2019

Fonte	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	TOTAL
FUNDEB	6.523.739,95	8.426.425,83	9.318.777,67	6.666.679,70	27.981.967,13	37.626.378,23	41.001.215,32	25.895.990,32	163.441.174,15
TESOURO MUNICIPAL	47.293.906,96	54.349.465,00	63.738.320,73	65.803.169,74	51.804.040,72	41.349.935,39	107.912.726,62	27.306.164,04	459.557.729,20
TOTAL	53.817.646,91	62.775.890,83	73.057.098,40	72.469.849,44	79.786.007,85	78.976.313,62	148.913.941,94	53.202.154,36	622.998.903,35

Fonte: Siope/FNDE

6.2 ENSINO FUNDAMENTAL

No Ensino Fundamental, acontece a ampliação financeira com 17,59% de aumento nos últimos sete anos, com um montante de R\$2.524.445.690,97. Deste o maior recurso é do governo federal/FUNDEB, com 9,0% a mais que do governo municipal.

Este investimento tem promovido resultados significativos na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, consolidados em percentuais positivos nos indicadores nacionais de avaliação da qualidade da educação, como os avanços alcançados no IDEB e na taxa de aprovação, bem como a redução nas taxas de retenção, abandono e distorção idade/ano.

Tabela 6.3: Investimento no Ensino Fundamental 2013-2019

Fonte	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	TOTAL
FUNDEB	151.677.977,66	161.748.118,14	186.660.825,15	207.135.969,57	195.141.057,04	190.819.578,40	223.310.955,60	146.840.949,00	1.463.335.430,56
TESOURO MUNICIPAL	166.214.633,36	176.471.666,00	173.685.635,42	161.155.586,27	184.285.508,09	195.629.681,57	150.508.498,70	117.630.553,75	1.325.581.763,16
TOTAL	317.892.611,02	338.219.784,14	360.346.460,57	368.291.555,84	379.426.565,13	386.449.259,97	373.819.454,30	264.471.502,75	2.788.917.193,72

Fonte: Siope/FNDE

6.3 ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio, oferta advinda da necessidade de garantia de estudos advinda da área insular de Belém, como já explicitamos, tem como fonte de financiamento os recursos advindos do governo municipal, por não ter sua oferta como obrigatoriedade legal do município.

O investimento tem o montante de R\$6.369.057,11, no decorrer do período 2013-2019, com aumento de 83,95%; a Tabela 6.4 demonstra a preocupação na garantia da qualidade desta educação que tem possibilitado a ofertar de cursos profissionalizantes de acordo com a realidade local em turmas de tempo integral.

Tabela 6.4: Investimento no Ensino Médio 2013-2019

FONTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
TESOURO MUNICIPAL	800.048,12	0,00	573.242,00	526.075,64	1.501.399,50	1.496.567,41	1.471.724,44	6.369.057,11

Fonte: Siope/FNDE